

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

BRUNA DIAS PITHAN

Sistema de Pagamentos em Moeda Local: uma estratégia do Mercosul perante a hegemonia
do dólar?

GOIÂNIA
26 de junho de 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC no 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Bruna Dias Pithan

3. Título do trabalho

Sistema de Pagamentos em Moeda Local: uma estratégia do Mercosul perante a hegemonia do dólar?

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Regina Alves Martins, Professora do Magistério Superior**, em 27/06/2025, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Dias Pithan, Discente**, em 28/07/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5465757** e o código CRC **488D9C46**.

BRUNA DIAS PITHAN

Sistema de Pagamentos em Moeda Local: uma estratégia do Mercosul perante a hegemonia do dólar?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.
Área de concentração: Estudos Políticos Contemporâneos
Linha de pesquisa: Economia Política Internacional
Orientadora: Professora Doutora Aline Regina Alves Martins

GOIÂNIA
26 de junho de 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pithan, Bruna Dias

Sistema de Pagamentos em Moeda Local: uma estratégia do Mercosul perante a hegemonia do dólar? [manuscrito] / Bruna Dias Pithan. - 2025.

LXXXVII, 87 f.

Orientador: Prof. Dr. Aline Regina Alves Martins.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, 2025.

Apêndice.

1. Sistema de Pagamentos em Moeda Local. 2. Mercosul. 3. Desdolarização. I. Martins, Aline Regina Alves, orient. II. Título.

CDU 327



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 07 da sessão de Defesa de Dissertação de **Bruna Dias Pithan**, que confere o título de Mestra em **Ciência Política**, na área de concentração em **Estudos Políticos Contemporâneos**.

Aos **vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco**, a partir das **dez horas**, por meio de webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**Sistema de Pagamentos em Moeda Local: uma estratégia do Mercosul perante a hegemonia do dólar?**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Aline Regina Alves Martins (PPGCPRI/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Felipe Nogueira da Cruz (FACE/UFG)**, membro titular externo; Professora Doutora **Tháís Vieira de Paula (PPGCPRI/UFG)**; membra titular interna. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Aline Regina Alves Martins, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Aline Regina Alves Martins, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2025, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tháís Vieira de Paula, Usuário Externo**, em 26/06/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nogueira Da Cruz, Professor do Magistério Superior**, em 27/06/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5453871** e o código CRC **A992CB30**.

Referência: Processo nº 23070.032320/2025-67

SEI nº 5453871

AGRADECIMENTOS

É com profunda e imensa gratidão que registro meu reconhecimento a todas as pessoas que, das mais diferentes formas, contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha família, pelo constante incentivo e pela base emocional que me permitiu seguir adiante. Um agradecimento especial ao meu noivo, Arthur Copetti, cujo apoio incondicional se manifestou não apenas de forma prática desde o início deste processo, como quando me acompanhou pessoalmente até ao Campus Samambaia no dia da etapa oral de seleção. Mas também no afetivo, seja revigorando minha determinação nos momentos mais desafiadores, seja celebrando cada conquista ao meu lado.

Também dedico este trabalho às mulheres da minha vida, todas as minhas mães, aquelas que me ensinaram, desde cedo, o valor do conhecimento e a força da persistência: à minha mãe, Caren Gutheil, que nunca deixou passar uma oportunidade sequer de me incentivar a ir mais longe; à minha avó, Renath Gutheil que sempre se empenhou em pessoalmente ser minha tutora nas matérias mais desafiadoras; à minha tia-avó, Arlete Gutheil, que sempre se orgulhou dos caminhos e conquistas que trilhei; à minha bisavó, Leonida Kienerin, que mesmo não estando mais aqui me deixou com a vontade e a esperança de sempre buscar ir além; e à minha avó Terezinha Pithan, cujo colo foi abrigo e a casa tornou lar, mesmo quando não se encontra mais conosco. Suas histórias, conselhos e exemplos são a herança que carrego em minha trajetória acadêmica e pessoal.

Por fim, à minha turma do PPGCPRI 2023, pelo enriquecedor convívio acadêmico e pelas trocas intelectuais que tanto acrescentaram a esta jornada, sua parceria e apoio foram fundamentais e avançaram para outras etapas e espaços da vida.

A todas e todos, minha mais sincera obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) do Mercosul como estratégia para reduzir a dependência do uso do dólar nas transações econômicas entre os países do Mercosul, examinando seu potencial para promover autonomia econômica e estabilidade financeira no bloco. Adotando uma abordagem qualitativa, o estudo baseia-se na análise documental de acordos do Mercosul, atas de reuniões, dados comerciais e literatura especializada em economia política internacional. Os resultados indicam que, embora o SML facilite transações intrabloco e diminua custos cambiais, sua eficácia é limitada por assimetrias econômicas e divergências políticas entre os membros. Conclui-se que o mecanismo possui relevância como alternativa à hegemonia do dólar, mas requer maior coordenação regulatória e compromisso institucional para alcançar seus objetivos.

Palavras-chave: Sistema de Pagamentos em Moeda Local; Mercosul; Desdolarização

ABSTRACT

This research examines the Mercosur Local Currency Payment System (SML) as a strategy to reduce dependence on the US dollar in economic transactions among Mercosur member countries, assessing its potential to promote economic autonomy and financial stability within the bloc. Using a qualitative approach, the study relies on document analysis of Mercosur agreements, meeting minutes, trade data, and specialized literature on international political economy. The findings indicate that while the SML facilitates intra-bloc transactions and reduces exchange costs, its effectiveness is limited by economic asymmetries and political divergences among member states. It is concluded that the mechanism holds relevance as an alternative to dollar hegemony but requires stronger regulatory coordination and institutional commitment to achieve its objectives.

Keywords: Local Currency Payment System; Mercosur; De-dollarization

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO 1: A EVOLUÇÃO DO SMFI E SEUS DESDOBRAMENTOS CONTEMPORÂNEOS | 14 |
| 1.1 Das galinhas ao dólar: a gênese do poder das moedas. | 21 |
| 1.2 Dólar para desdolarizar: a unificação que fragmenta o mundo. | 26 |
| CAPÍTULO 2: O SISTEMA DE PAGAMENTOS EM MOEDA LOCAL | 31 |
| 2.1 Convênios e funcionamento do SML | 38 |
| 2.2 Contexto político: o SML é filho do seu tempo | 48 |
| 2.3 Desafios e avanços do SML | 54 |
| CAPÍTULO 3: DESDOLARIZAÇÃO EM CONSTRUÇÃO, O SML COMO EXPERIMENTO DE AUTONOMIA DECISÓRIA NO MERCOSUL | 61 |
| 3.1 SML e as dinâmicas de poder do dólar estadunidense | 65 |
| 3.2 SML e as moedas locais | 70 |
| CONCLUSÕES | 75 |
| REFERÊNCIAS | 78 |
| APÊNDICE 1 - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM BIANCA ORSI | 85 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa possui o objetivo de responder à pergunta: o Sistema de Pagamentos em Moeda Local possui a capacidade de diminuir o uso do dólar nas transações econômicas entre os países do Mercosul?

Ao avaliar o papel desempenhado pelo Mercosul como um ente de integração regional passível de fortalecer a interdependência dos membros do bloco, é necessário levar em consideração a hegemonia do dólar no Sistema Internacional. É importante notar o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) mercosulino, o qual denota a busca por maior independência da moeda estadunidense dentro do bloco. Além disso, é importante considerar a lacuna acadêmica no campo de Relações Internacionais ao se tratar da análise do SML, no que abrange a economia política.

À vista disso, é importante entender como a hegemonia estadunidense acarreta em implicações significativas na economia e na política global. Desse modo, ao colocar o Mercosul em perspectiva, o bloco está posicionado como ente que desempenha um papel fundamental como desenvolvedor de recursos de integração regional, comercial, econômica e monetária para seus países-membros. Ao fortalecer os laços econômicos entre os países da América do Sul e, potencialmente, diminuir a dependência do dólar nas transações intra-regionais, é possível refletir sobre a busca por desdolarização nas operações comerciais dentro do bloco. Portanto, para essa pesquisa, a desdolarização é tida como a diminuição do uso do dólar estadunidense em relações intra-bloco.

No entanto, é importante notar a lacuna acadêmica na área de estudos das Relações Internacionais, particularmente no que diz respeito aos aspectos político-econômicos que envolvem o Sistema de Pagamentos em Moeda Local do Mercosul. Esta pesquisa levanta questões cruciais, como, se teria o Sistema de pagamentos em Moeda Local a capacidade de diminuir o uso do dólar nas transações econômicas entre os países do Mercosul. Nesse contexto, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local pode ser visto como uma manifestação da busca por autonomia e de menor dependência em relação ao dólar.

Ao entender a atual hegemonia do dólar estadunidense no Sistema Internacional, pautada pelas Conferências de Bretton Woods, é possível observar movimentos nos outros Estados do Sistema como forma de conformar-se e não serem prejudicados pelas mudanças no sistema monetário internacional. Com o renminbi chinês entrando em contraste com a atual moeda de parâmetro internacional — o dólar estadunidense — é possível observar que existe um novo ordenamento possivelmente entrando em disparidade com o atual. Ou seja,

diversos Estados estão desenvolvendo e desenhando estratégias e recursos para uma possível desdolarização dos seus meios comerciais.

Este é o caso da Belt and Road Initiative. Esse movimento reflete não apenas o fortalecimento da economia chinesa no âmbito doméstico, mas também uma tentativa de diversificação dos meios de pagamento, com o objetivo de diminuir a dependência do dólar para transações internacionais em regiões estratégicas para a China, como a Ásia e partes da África e América Latina.

Maria da Conceição Tavares (1985) destaca que a hegemonia do dólar é sustentada e fortalecida pelo controle dos fluxos financeiros, assim como pela capacidade dos Estados Unidos de absorver liquidez global, o que reforça sua posição hegemônica no Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI). Em contrapartida, o movimento de desdolarização, como enfatizado por Metri (2020), envolve a decisão de alguns países de não utilizar o dólar em transações estratégicas, como a comercialização de petróleo, empréstimos para projetos domésticos e prestação de serviços. Logo, percebe-se que essas nações buscam reduzir sua vulnerabilidade às flutuações da moeda americana, além de obter maior autonomia econômica e decisória.

Neste contexto é possível observar o Mercosul, o qual necessita desenvolver estratégias para se destacar perante estas disputas hegemônicas. O Mercosul se encontra não apenas como um Mercado Comum entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (suspensa), mas principalmente como um desenvolvedor de recursos de integração regional, comercial, econômica e monetária para seus entes. Isto pode ser observado pelo seu Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), o qual pode ser descrito, de acordo com o Banco Central Brasileiro, como:

Um sistema de pagamento internacional administrado pelo Banco Central do Brasil em parceria com os bancos centrais da Argentina, Uruguai e Paraguai. Ele permite que pagamentos e recebimentos sejam efetuados diretamente em reais, sem a necessidade de moeda intermediária, como o dólar, dispensando, assim, o contrato de câmbio. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local foi apresentado na XXVI Reunião ordinária do SGT N°4, em novembro de 2008, por Brasil e Argentina para o Mercosul. Esta ferramenta é um instrumento para a facilitação das trocas em moedas locais dos países mercosulinos, sendo gerida pelo Subgrupo de Trabalho (SGT) N°4 – Assuntos Financeiros do Mercosul, administrado desde 2023 pela Comissão dos Sistemas de Pagamentos Transfronteiriços (CSPT) que responde a este subgrupo.

Com estas informações delimitadas, esta pesquisa pretende unificar as discussões econômicas e políticas, as quais envolvem essas relações do sistema internacional. Logo, a partir do próximo parágrafo serão descritos os marcos teóricos-conceituais que abrangem as discussões pretendidas e auxiliaram na busca pela resposta da pergunta desenvolvida para esta pesquisa.

Para a presente pesquisa foi escolhido utilizar a abordagem de perguntas norteadoras, em detrimento de uma hipótese específica. Isso se dá pois o estudo poderá ser desenvolvido de maneira exploratória, mantendo-se aberto a diferentes críticas, análises e resultados durante a pesquisa, assim como no desenvolvimento de conclusões. Logo, pensa-se que a formulação de uma única hipótese poderia limitar a compreensão das dinâmicas complexas desse estudo. Além disso, a abordagem das perguntas norteadoras é bastante positiva em áreas onde o conhecimento é escasso ou fragmentado. Nesse sentido, as perguntas permitem uma investigação mais abrangente e profunda, conduzindo a descobertas que podem não ter sido previstas inicialmente (GIL, 2008). Como defendem alguns teóricos da metodologia científica, essa abordagem é valiosa quando se objetiva um entendimento mais descritivo ou interpretativo dos fenômenos estudados.

Logo, as perguntas norteadoras do presente trabalho são: o SML possui a capacidade de diminuir o uso do dólar nas transações econômicas entre os países do Mercosul? O SML possui a capacidade de elevar as moedas locais a um papel de *Negotiated*¹ no Mercosul? Como o SML modifica e desafia as estruturas de poder do dólar e quais são os seus limites? O SML seria capaz de reduzir o status periférico do Mercosul e suas economias no SMFI?

A importância desta pesquisa é entendida quando observa-se que o SML é um tema que carece de maior atenção acadêmica. O sistema é recente e está em passo de constante desenvolvimento entre os países do Mercosul, logo, a análise sobre sua eficácia e potencial para desdolarizar as transações econômicas regionais é subexplorada. Muitas pesquisas sobre o Mercosul tendem a focar na integração comercial e nas relações políticas, entretanto faltam estudos que abordem a importância do SML no contexto de uma possível autonomia financeira regional. Ao realizar o presente estudo, esta pesquisa contribui para um campo negligenciado, unificando aspectos econômicos e políticos na discussão sobre desdolarização e autonomia regional.

¹ *Negotiated currency* (moeda negociada): aquela cuja aceitação internacional deriva de acordos políticos explícitos entre Estados para fins específicos (como comércio regional ou liquidez controlada). Diferencia-se de: (1) *top currencies* (dominadas por atratividade econômica intrínseca); (2) *master currencies* (vinculadas ao poder geopolítico direto de um Estado hegemônico); e (3) *neutral currencies* (de aceitação orgânica, sem conotações políticas explícitas). (Strange, Susan. *The Politics of International Currencies*. 1971).

Em segundo lugar, é importante notar a crescente volatilidade global e a instabilidade que as economias sul-americanas enfrentam devido à dependência do dólar. Esta pesquisa oferece resultados baseados em evidências que — se utilizadas pelos órgãos competentes — podem influenciar políticas públicas. Com os resultados dessa pesquisa, as conclusões poderão guiar a implementação de políticas que aumentem a autonomia monetária dos países do Mercosul.

Além disso, ao explorar a relação entre o SML e a hegemonia do dólar, a pesquisa se insere em uma discussão global de maior amplitude sobre as mudanças no equilíbrio de poder no SMFI. O dólar é o pilar da ordem econômica atual, porém a introdução de mecanismos como o SML é capaz de sinalizar uma nova fase de contestação. A pesquisa, portanto, contribui para o entendimento de como economias regionais, como as do Mercosul, estão desenvolvendo estratégias para se tornarem menos vulneráveis às flutuações da moeda estadunidense.

Por fim, em um cenário internacional de crescente multipolaridade, com potências como a China desafiando a supremacia dos Estados Unidos, estudar como blocos regionais respondem a essa transformação é de extrema importância. Este contexto global reforça a importância de se entender como o Mercosul se posiciona em relação às grandes potências globais, como os EUA e a China. Logo, ao abordar esta lacuna acadêmica, fornecer observações para a formulação de políticas públicas e contribuir para o entendimento das mudanças no sistema financeiro global, esta pesquisa tem uma importância significativa, tanto no plano regional quanto internacional.

Neste íterim, o primeiro objetivo específico desta pesquisa será delimitar o que é o Sistema Monetários e Financeiro Internacional, ou seja, quais os objetos e discussões que permeiam este tema. Logo, serão discutidas as moedas — o que são e como reconhecê-las — assim como o dólar e a desdolarização. Já como segundo objetivo será trabalhado o SML, ou seja, quais suas bases de funcionamento e como se propõe como instrumento facilitador de trocas dentro do Mercosul, além do seu contexto histórico. Desse modo, pretende-se avaliar em qual contexto político esteve e está inserido e quais desafios e avanços estão presentes durante este processo. Por fim, o terceiro objetivo é abranger a discussão sobre desdolarização no contexto mercosulino.

Foi conduzida uma pesquisa qualitativa, ainda que se utilizem de dados quantitativos para o acesso de informações-chave. A construção do conhecimento desenvolve-se desde pesquisa bibliográfica, análise documental, bem como a utilização de entrevista semi-estruturada com uma agente acadêmica envolvida com o objeto de pesquisa.

Optou-se pelo método qualitativo, em detrimento do método quantitativo, pois o desenvolvimento do presente objeto de estudo é político-social, dependendo de atores humanos que mobilizam recursos intelectuais a partir da necessidade dos seus entes federativos. Logo, a abordagem qualitativa se destaca na medida que auxilia a compreensão da essência do objeto estudado, assim como na obtenção da opinião de agentes envolvidos com o SML, o que facilita tanto a obtenção e síntese de dados, como a discussão sobre o assunto.

Ao delimitar o caminho metodológico traçado pela presente pesquisa, é necessário delimitar que a primeira etapa é uma revisão de literatura de temas de interesse da autora. Logo, uma revisão é feita de temáticas da Economia Política Internacional, de estudos sobre integração regional, desdolarização, Mercosul, construção de identidade sul-americana, dentre outras temáticas afins. Além disso, é realizada uma análise documental, com acesso às atas de encontros do Grupo de Trabalhos 4 do Mercosul, a fim de obter informações mais precisas.

Após, é feita a decupagem e avaliação da entrevista semi-estruturada concedida, visto que para a abordagem qualitativa, tais opiniões são valiosas para o desenvolvimento da presente pesquisa. É importante entender que neste formato de entrevista as perguntas possuem um caráter mais generalista, a fim de que os entrevistados tenham a liberdade de desenvolver com seus conhecimentos acerca do assunto. Elas funcionam como uma espécie de guia tanto para o entrevistador quanto para o entrevistado, para que não percam o foco da pesquisa enquanto mantém a liberdade de respostas únicas e personalizadas, de acordo com as experiências e vivências de cada entrevistado.

Para a realização das entrevistas, então, primeiramente foi enviado o presente projeto para o Comitê de Ética, ou seja, para a Plataforma Brasil do governo federal brasileiro a fim de ser apreciado pela universidade. O Comitê de Ética que avaliou a presente pesquisa pode ser identificado pelo número 5083, da Universidade Federal de Goiás (UFG), o qual conferiu o número de protocolo CAAE 83024923.8.0000.5083. A pesquisa consta como aprovada.

A professora dra. Bianca Orsi, professora na Universidade de Leeds, Reino Unido é a entrevistada nesta pesquisa. Inicialmente tentou-se convidar também outras personalidades que estudam o tema para angariar mais insumos, porém a participação em seu caráter voluntário não está sempre garantida. As perguntas foram desenvolvidas com base nos questionamentos apresentados por essa pesquisa. A diferenciação por tópicos foi feita, primeiramente, pela identificação dos entrevistados. Em segundo lugar, com a preposição “SML como instrumento facilitador de trocas dentro do Mercosul”, após, “vantagens e desvantagens percebidas para os participantes”, o quarto tópico será “SML como ente

capacitador de aumentar a autonomia decisória dos Estados mercosulinos perante o sistema internacional”; em quinto lugar, foi disposto “as perspectivas para uma moeda unificada entre os mercosulinos” e, por fim, um espaço para conclusões finais. Enfim, com esses tópicos em mente, a entrevistada está garantida a liberdade de responder conforme suas experiências profissionais na área.

A dissertação desenvolve-se através de três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo objetiva delimitar a evolução do SMFI e quais os desdobramentos contemporâneos, ou seja, focando no histórico das moedas e seu poder, assim como no desenvolvimento do dólar como o gigante global que é. Já o segundo capítulo pretende descrever e avaliar o SML, sendo assim, serão descritos os convênios e modos de funcionamento da solução, qual o contexto político que deu origem a ele e como se encontra atualmente, assim como quais os desafios e avanços observados. O terceiro capítulo fará uma análise da desdolarização no contexto do SML, o relativizando com as dinâmicas de poder do dólar estadunidense, assim como com as moedas mercosulinas locais.

CAPÍTULO 1: A EVOLUÇÃO DO SMFI E SEUS DESDOBRAMENTOS CONTEMPORÂNEOS

Para compreender o objeto da presente pesquisa — O SML, é necessário analisar o estado da arte atual do Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI), bem como sua trajetória histórica. Isso inclui a hegemonia do dólar, as transformações institucionais ao longo do tempo, e os debates contemporâneos sobre a desdolarização — os quais configuram o pano de fundo conceitual e empírico desta dissertação.

Inicialmente, em se tratando da conceituação de hegemonia, optou-se por utilizar a conceituação que Robert W. Cox desenvolveu a partir da leitura dos pensamentos e desenvolvimentos do filósofo Antonio Gramsci, uma adaptação dos conceitos utilizados por ele para os estudos das relações internacionais.

Ao desenvolver a conceituação de hegemonia, Robert W. Cox, em sua publicação de 1983, intitulada “Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método” discorre sobre a adaptação do termo “hegemonia” para as Relações Internacionais. Nesse sentido, o autor explica que, para Gramsci, hegemonia era o poder de liderança que a burguesia possuía sobre as outras classes, principalmente em países onde o capitalismo reinava. Esta hegemonia da classe burguesa, notoriamente, fazia com que as outras classes abaixo fizessem concessões, se encontrando cada vez mais subordinadas, fortalecendo a lógica capitalista e essa divisão social. Nesse sentido, a hegemonia seria capaz de manter a maioria das pessoas em submissão pela maior parte do tempo. (COX, 1983).

Como seria possível desenvolver esse conceito para as Relações Internacionais? Para esse desenvolvimento, Cox parte do princípio de que Gramsci traz a afirmação de que as relações internacionais são derivadas das relações sociais, e as mudanças ocorridas no social afetaram e continuarão a afetar, em maior ou menor medida, o internacional. Entende-se, então, que o Estado seria de grande importância, visto que é neste que ocorrem as mudanças sociais, assim como também é onde são construídas as hegemonias de classes sociais (COX, 1983). Robert W. Cox, então, afirma que:

No nível exclusivo da política externa, as grandes potências têm uma liberdade relativa de determinar suas políticas externas em resposta a interesses nacionais; as potências menores têm menos autonomia. (Ibid., p. 182 apud Gramsci, 1971, p. 264). A vida econômica das nações subordinadas é invadida pela vida econômica de nações poderosas, e a ela se

entrelaça, processo que se complica ainda mais pela existência de regiões estruturalmente diferentes no interior dos países, regiões essas que têm tipos distintos de relações com as forças externas. (Ibid., p. 182).

Nesse sentido, Cox afirma que seria possível utilizar o conceito de hegemonia para as Relações Internacionais quando se observa que o desenvolvimento e a preservação do poder é capaz de transbordar as fronteiras do Estado. Haveria, desse modo, uma expansão internacional que não necessariamente é física, com apropriação de terras e espaços geográficos, mas sim com conceitos culturais, de poder mais brando, que abrange crenças sociais, revoluções, modos de trabalho, modos de compra, entre outros. Ou seja, quando os modelos sócio-econômicos de um Estado derivam de outro, são absorvidos sem a necessidade de revoluções, é um processo de mudança quase natural — e internalizado — para países sobre essa influência hegemônica de uma grande potência.

De acordo com as colocações de Robert W. Cox, seria possível afirmar — de acordo com uma observação histórica — que os Estados, para se tornarem hegemônicos, desenvolvem alguma forma de ordem mundial que seria universal. Tal ordem não funciona, necessariamente, com base na exploração de outros Estados, mas possivelmente na partilha de interesses, trazendo benefícios para aqueles que são sujeitos a ela. (COX, 1983). Nesse sentido, seria possível observar uma hegemonia dos Estados Unidos no Sistema Internacional, principalmente em se tratando de Sistema Monetário Internacional, visto que a economia mundial está pautada no dólar estadunidense. Ao estudar o pensamento econômico internacional, assim como o SMFI, também encontramos autores importantes da Economia Política Internacional, como Maria da Conceição Tavares, José Luís Fiori, Robert Gilpin e Susan Strange.

Ao analisarmos os pensamentos de Maria da Conceição Tavares, principalmente em seu texto "A retomada da hegemonia norte-americana" (1985), é possível encontrar uma análise crítica da dinâmica de poder econômico e financeiro global, na qual ela destaca a capacidade dos Estados Unidos de manter sua hegemonia no cenário internacional por meio de sua moeda, o dólar. Tavares argumenta que, mesmo em momentos de crise econômica mundial, os EUA possuem a capacidade de reafirmar sua liderança ao se posicionar estrategicamente nas redes econômicas globais, influenciando os fluxos financeiros e impulsionando a utilização do dólar como principal moeda de troca no comércio internacional.

Ademais, ao pensarmos nos escritos de José Luís Fiori (2004), o autor contribui significativamente para o entendimento das relações internacionais sob uma perspectiva

crítica. Suas análises da hegemonia estadunidense, e das formas pelas quais os países tentam contorná-la ou enfrentá-la, fornece uma base teórica relevante para pensar o SML no contexto do Mercosul e a busca por desdolarização. Fiori (2004) , em concordância com Cox, argumenta que a hegemonia global é mantida por mecanismos que vão além do poder militar ou econômico, envolvendo também a estrutura do sistema financeiro internacional. O autor também estuda sobre como a globalização tem reforçado a posição hegemônica dos Estados Unidos, porém também abriu espaço para a contestação, principalmente através de países como a China. Portanto, os textos de José Luís Fiori possibilitam uma análise crítica do SML como um mecanismo que desafia o *status quo* do SMFI dominado pelo dólar.

Susan Strange surge para essa pesquisa neste contexto, ela oferece uma estrutura teórica para compreender as dinâmicas de poder no sistema financeiro global e a relação com a hegemonia do dólar. Suas análises sobre a “estrutura de poder” e o “poder estrutural” são centrais para entender como o dólar manteve sua posição dominante assim como possíveis alternativas buscam criar maior autonomia monetária e resistir a essa hegemonia. No seu livro *States and Markets* (1988), Strange (1988) argumenta que o poder no sistema internacional não é apenas coercitivo, mas também estrutural. Ou seja, ele está enraizado em sistemas econômicos e financeiros que permitem que alguns Estados exerçam controle sobre os fluxos financeiros e de capital. O poder do dólar não se limita ao seu uso como moeda de reserva internacional, mas sim é reforçado pela estrutura internacional de mercados e instituições financeiras que dependem dele.

Logo, também se utiliza da análise de Strange (1988) sobre a vulnerabilidade dos Estados em relação ao sistema financeiro internacional, quando a autora examina como a volatilidade dos mercados financeiros e a dependência de moedas estrangeiras podem deixar alguns países vulneráveis à crises financeiras. Strange (1988) argumenta que, para esses países, controlar seus próprios fluxos monetários e reduzir a dependência de uma moeda forte, como o dólar, é essencial para garantir estabilidade financeira e maior autonomia política.

Por fim, existe Robert Gilpin, outro grande autor na área da Economia Política Internacional, o qual é capaz de oferecer uma visão de mundo útil para o desenvolvimento deste trabalho, principalmente por também estudar as dinâmicas de poder no sistema econômico internacional e as mudanças e volatilidades das hegemonias globais. Gilpin (1981) argumenta que o sistema internacional é moldado pelos interesses das grandes potências — em especial os Estados Unidos — o qual controla o sistema monetário e financeiro global. Outra contribuição importante do autor é a sua ideia de que a hegemonia econômica não é

estática, pois, com o surgimento de novas potências e de tentativas de integração regional, criam-se desafios à hegemonia já estabelecida.

Em *The Political Economy of International Relations* (1987), o autor argumenta que as relações econômicas internacionais são moldadas por estruturas de poder, com o dólar estadunidense funcionando como o principal pilar da ordem econômica global desde a Segunda Guerra Mundial. A ascensão do dólar como moeda de reserva internacional consolidou o poder dos Estados Unidos dentro do sistema financeiro global, tornando outras nações dependentes das políticas monetárias estadunidenses. Além disso, Gilpin (1981) explora como a globalização econômica, embora crie interdependências, reforça o poder das potências hegemônicas, como os Estados Unidos. Para ele, a capacidade de moldar as regras do comércio internacional e dos fluxos de capital é uma ferramenta crucial de poder, e o uso do dólar no comércio global fortalece essa posição dos EUA. Ao criar alternativas para o comércio sem a intermediação do dólar, o Mercosul está desafiando tal estrutura de poder hegemônica — ainda que de forma limitada, lenta e gradual.

Nesse sentido, a conferência de Bretton Woods de 1944, a qual resultou na criação do acordo de Bretton Woods, estabeleceu um regime monetário baseado no dólar como moeda principal, porém atrelada ao ouro — possuindo uma taxa fixa de 35 dólares por *ounce*. Já as outras moedas, de outros países, possuíam suas taxas de câmbio fixas em relação ao dólar. (*The Bretton Woods Agreement*, 1944). Esse sistema foi capaz de proporcionar estabilidade e possibilitar a reconstrução econômica no pós-guerra, consolidando os EUA como líder econômico global, visto que possuía uma supremacia industrial, tecnológica e militar. Também foi o Sistema de Bretton Woods que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Alguns anos passados, em 1971, decide-se modificar Bretton Woods, criando uma crise de desconfiança no sistema vigente ao findar a conversibilidade do ouro, porém logo após, também é extinguido o padrão fixo em 1973 e, em 1976, o Comitê Interino do FMI anuncia o fim oficial desse sistema, então criando os Acordos da Jamaica. (Polak, 1976).

Em seu memorando ao presidente dos Estados Unidos Gerald Ford (1974-1977), o secretário do Tesouro William E. Simon informa ao presidente que (1) Foi feita uma revisão das disposições cambiais do FMI para flexibilizar o sistema, legalizar arranjos existentes e priorizar a estabilidade econômica, e os EUA manterão controle sobre as futuras diretrizes e arranjos individuais. (2) Houve a abolição do preço oficial do ouro e sua retirada do sistema monetário internacional, ou seja, o FMI eliminará o uso do ouro em transações e vendeu suas reservas, enquanto os bancos centrais seguirão diretrizes para evitar o retorno do ouro como ativo central. (3) Ocorrerão aumentos nas cotas do FMI para atender às necessidades

financeiras dos membros, elevando a cota dos EUA de US\$8 bilhões para US\$10 bilhões, garantindo seu poder de veto em decisões cruciais. (4) Foi acordada a ampliação temporária em 45% o limite de acesso aos recursos do FMI, disponível a todos os membros, e a garantia de que todas as moedas sejam utilizadas pelo FMI em seis meses. (5) Foram acordadas especificidades sobre os países em desenvolvimento. (Estados Unidos, 1976).

Em se tratando do quinto ponto trazido por Simon (Estados Unidos, 1976), é importante notar que foi acordado criar um Fundo Fiduciário para canalizar aos países mais pobres os lucros da venda de 25 milhões de *ounces* de ouro do FMI. Estes seriam destinados a assistência urgente ao balanço de pagamentos; outra parte seria distribuída aos membros proporcionalmente às cotas, com 28% indo para os países menos desenvolvidos. Além disso, foi pensada a liberalização significativa da linha especial do FMI para compensar oscilações nas receitas de exportação de produtores primários, devido às flutuações da demanda por *commodities*. (Estados Unidos, 1976). Com os Acordos da Jamaica o dólar foi mantido na centralidade do sistema flutuante, o qual agora baseava-se na confiança nos mercados financeiros e na economia dos EUA, consolidando o "dólar fiduciário" como reserva de valor global.

A crise financeira que se apresenta nos anos 2008 evidenciou vulnerabilidades do sistema financeiro global liderado pelos EUA, mas, paradoxalmente, teve a capacidade de reforçar a centralidade do dólar. Podemos nos apropriar de observações teóricas de estudiosos do tema para equipararmos com o referido acontecimento. Como notado por Maria da Conceição Tavares, as medidas de *quantitative easing* e o papel dos títulos do Tesouro americano como porto seguro foram capazes de consolidar ainda mais a confiança no dólar, garantindo sua hegemonia apesar da crise. (Tavares, 1985). Logo, podemos inferir que sob a liderança dos Estados Unidos, o SMFI passou a ser denominado pela financeirização, possuindo mercados financeiros integrados globalmente, dando ao dólar o título de moeda predominante para ativos financeiros.

Além disso, as políticas neoliberais promovidas pelos EUA e pelo FMI, como liberalização de mercados e desregulamentação, fortaleceram o papel do dólar no comércio e nos investimentos globais. Tais mudanças, muito vantajosas para os EUA, mantiveram o dólar ainda mais forte, e agora sem o ouro para garantir sua resiliência. Logo, constituiu-se uma moeda forte por si só — e pelo sistema montado para favorecer este processo, claro. Nesse sentido, a dominância do dólar não está mais atrelada e presa à sua função nas trocas, mas estende-se para um espaço paralelo nos mercados financeiros globais, com o mercado do tesouro americano servindo como um espaço de seguridade, principalmente durante a crise

financeira de 2008. (Martins, 2015). Ao nos apropriarmos dessas observações, podemos inferir o quanto a financeirização e liberalização dos mercados também reforçam a hegemonia do dólar, mesmo com tantos desafios assolando economias consideradas mais emergentes.

Em seu livro intitulado "A retomada da hegemonia americana", Maria da Conceição Tavares traça um panorama histórico e analítico do SMFI. Nesta obra, a autora enfatiza a centralidade da moeda estadunidense e os mecanismos pelos quais os Estados Unidos foram capazes de consolidar e retomar a sua hegemonia mesmo após períodos de crise. Tal livro é uma das obras imprescindíveis para as análises propostas nesta dissertação, Tavares descreve o SMFI como um conjunto de arranjos institucionais, econômicos e políticos que regulam as transações monetárias e financeiras globais. (Tavares, 1985).

Tais arranjos são estruturados em três importantes frentes, (1) uma moeda de referência global, (2) instituições multilaterais e (3) mercados financeiros globais. Em primeiro lugar, a moeda de referência global é o dólar dos EUA, o qual desempenha funções de reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento internacional. Já a segunda frente, as instituições multilaterais, são principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), instaurados após a Segunda Guerra Mundial a fim de criar padrões e normativas que trouxessem um sistema financeiro e um sistema monetário mais equitativo, mesmo que este seja baseado em uma moeda nacional. Por fim, os mercados financeiros globais são os espaços internacionais nos quais o dólar é a principal unidade para trocas comerciais, fluxos de capitais e reservas internacionais. (Tavares, 1985).

O SMFI, como traz Metri (2004), é evidenciado pela inexistência de mecanismos que sejam capazes de forçar os Estados a corrigirem seus desequilíbrios em conta corrente. Nesse sentido, o Sistema Internacional possui uma característica anárquica, mesmo que possamos discutir a hegemonia e relações hegemônicas entre Estados, não existe um regulador das Relações Internacionais. Não existe um órgão que possa verificar as ações dos Estados, principalmente em se tratando de contas, políticas monetárias e finanças.

Nesse sentido, podemos apropriarmos da afirmação de Metri sobre como “a tributação, por definição, é uma manifestação de poder, um ato de força.” (Metri, 2009, das armas às moedas p.2). Ao tratar sobre a expansão financeira atual, Metri (2004) afirma que este é um fenômeno ligado “i) ao processo de expansão e concentração da riqueza mundial; e ii) à competição interestatal, que não somente molda as orientações geopolíticas e geoeconômicas dos Estados, como também impulsiona a própria expansão financeira, através das dívidas públicas nacionais.” (Metri, 2004, p. 4). É importante notar que relações econômicas não são puramente financeiras e monetárias, a política e as relações humanas

entre entes sociais estão relacionadas com as tomadas de decisão dentro da economia. Os resultados geopolíticos, geoeconômicos, socioeconômicos e político-econômicos os quais presenciamos domesticamente e nas relações exteriores dos Estados são fruto de uma intrincada rede de relações.

Percebe-se, contudo, a existência de hierarquias e hegemonias entre os Estados. Neste ponto, é útil retomar a leitura de Gramsci proposta por Robert Cox, para quem a hegemonia não se limita à dominação coercitiva, mas envolve a construção de consenso por parte de uma classe social dominante — neste caso, a burguesia. A hegemonia burguesa se consolida ao moldar as instituições e práticas do Estado de forma a reforçar sua própria posição, influenciando também a ordem internacional. Cox amplia essa noção ao aplicá-la ao sistema internacional, onde a hegemonia de uma classe pode se manifestar como hegemonia estatal, e, por consequência, como hegemonia monetária. Assim, o papel central do dólar e das instituições internacionais controladas pelos EUA pode ser compreendido como expressão dessa hegemonia global articulada entre interesses de classe e poder estatal.

A estrutura inerentemente anárquica do SMFI é uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo que não existe uma definição — ou uma base legal — de concordância unânime que possa estabelecer o uso de outras moedas e assim garantir um sistema realmente multilateral de trocas. Também é esta mesma anarquia que permite que existam discordâncias, descontentamentos e esforços para mudar as bases existentes e criar espaços que proponham maior equidade, mesmo no SMFI. Ainda que instituições como o FMI busque regulamentar desníveis e garantir uma certa estabilidade, suas operações constantemente refletem as assimetrias de poder existentes no sistema. Nesse sentido, o poder de veto dos EUA dentro do FMI destrói qualquer habilidade que a instituição poderia ter para criar regulamentos e espaços menos hegemônicos de relações monetárias.

Essas dinâmicas revelam que, embora instituições como o FMI busquem regulamentar os desníveis e garantir certa estabilidade, suas operações refletem, na prática, as assimetrias de poder presentes no sistema. Nesse sentido, o poder de veto dos Estados Unidos dentro do FMI destrói qualquer habilidade que a instituição poderia ter para criar regulamentos e espaços menos hegemônicos de relações monetárias. Além disso, é necessário reconhecer as estratégias geopolíticas dos Estados Unidos, as quais estão diretamente relacionadas com o poder que sua moeda mantém. A centralidade do dólar garante aos EUA a capacidade de exercer uma influência extraterritorial, utilizando sanções, por exemplo, para garantir o papel central desta moeda. (Martins, 2015).

Assim, é necessário ir além da constatação da centralidade do dólar e compreender os fundamentos que possibilitam essa centralidade: o que é uma moeda, o que ela representa e como se consolida como referência. Antes de discutir a desdolarização, é preciso, portanto, discutir a própria noção de moeda.

1.1 Das galinhas ao dólar: a gênese do poder das moedas.

Antes de discutir a desdolarização, é necessário discutir o dólar e, por consequência, é necessário entender as moedas. Nesse sentido, e para a presente pesquisa, a moeda pode ser entendida como uma linguagem, no sentido que interliga e relaciona indivíduos e povos que geralmente estão separados. Logo, quando um país emite uma moeda, ela não está vedada ao uso apenas por aquele país e sua sociedade, mas outros países e agentes podem escolher utilizá-la. (Metri, 2009). Ademais, assim como as linguagens carregam sentidos e propósitos, as moedas também comunicam intenções políticas, econômicas e sociais por meio de sua criação e circulação.

De forma simplificada, moedas são unidades de conta, e as unidades de conta estão relacionadas às dívidas — o pagamento que ainda está por vir — e aos preços, aqueles que mensuram e registram o valor e o poder de compra. Logo, “moedas são em essência créditos, evidências de dívidas. Devem ser entendidas como obrigações contra quem as emite e, simultaneamente, direitos para quem as possui” (Metri, 2009, p.10). Essas concepções permeiam as relações entre o poder político e as moedas.

A fim de compreender como as moedas adquirem valor e legitimidade, é necessário um olhar histórico: como era decidido o que era uma moeda e quanto aquilo valia? Quem tomava as rédeas e era capaz de dizer que uma certa quantidade de cobre, prata ou ouro com um brasão de família equivalia a duas galinhas ou 1 quilograma de grãos de arroz? Metri (2009) responde a estas perguntas com uma figura: o soberano. Este ente de poder político, coercitivo, o qual possui a capacidade de declarar o valor de metais e produtos, dentre diversas outras capacidades políticas, econômicas e religiosas.

Atualizando o argumento de Metri ao contexto contemporâneo, observamos que os Estados Unidos assumem esse papel de soberano no SMFI, sendo o soberano — o hegemom — que decide sobre a sua moeda — o dólar — e todas as demais questões político-sociais que implicam no sucesso e utilização desta. Com isso, o poder político se revela como um elemento central na definição da hierarquia monetária, sendo essencial para compreender o papel do dólar como moeda dominante.

Dessa maneira, o processo para que uma moeda se torne referência internacional está diretamente relacionado com a capacidade de dominação dos mercados internacionais mais significativos e expressivos. (Metri, 2009). Logo, infere-se que a hegemonia da moeda estadunidense não é algo conquistado e construído de forma mútua e espontânea entre todos os países do Sistema Internacional, mas sim como resultado de movimentos diplomáticos, militares, econômicos, políticos e religiosos dos Estados Unidos que criaram a estrutura benéfica para o sustento e utilização da sua moeda como parâmetro e base internacional.

Nesse sentido, o SMFI foi sendo construído e desenvolvido de forma cada vez mais dolarizada e atrelada ao tesouro dos Estados Unidos, a fim de conferir o valor da moeda base internacional, o dólar. Logo, o dólar estadunidense ocupa uma posição central no SMFI desde o Acordo de Bretton Woods (1944). A decisão de vincular as principais moedas ao dólar e este ao ouro consolidou a moeda como base das transações financeiras globais. Mesmo após o colapso do sistema de Bretton Woods em 1971, quando o dólar foi desvinculado do ouro, esta moeda manteve sua relevância devido à confiança na estabilidade econômica e política dos Estados Unidos. O dólar tornou-se a moeda reserva predominante, usada para transações comerciais, investimentos e como referência para os mercados globais de *commodities*.

Essa concentração de poder e benefícios monetários por parte dos Estados Unidos nos leva ao conceito de “privilégio exorbitante”, cunhado pelo economista francês Valéry Giscard d'Estaing na década de 1960, quando ele era Ministro das Finanças da França. D'Estaing utilizou o termo para criticar a posição privilegiada dos Estados Unidos no sistema monetário internacional baseado no dólar, estabelecido pelos Acordos de Bretton Woods. Em suma, o privilégio exorbitante garante aos EUA um papel assimétrico e injusto na economia global, permitindo que o país vivesse além das possibilidades apresentadas aos outros, assim como utiliza o dólar como uma ferramenta de poder geopolítico.

Complementando essa crítica, Susan Strange, em *The Politics of International Currencies* (1971), oferece uma análise sobre a dinâmica de poder que está por trás da emissão e do uso de moedas internacionais, com foco no poder do dólar estadunidense e as implicações de sua dominação no sistema monetário global. Nesse sentido, as moedas internacionais não são simplesmente unidades de troca, mas instrumentos de poder, ou seja, o controle sobre uma moeda é capaz de conferir ao país emissor desta uma vantagem significativa nas relações econômicas e políticas internacionais. Logo, o sistema monetário internacional é, em grande parte, uma arena de disputas de poder, onde as moedas não apenas facilitam as transações, mas também refletem e reforçam relações de poder entre os Estados. (Strange, 1971).

O poder do dólar está enraizado e diretamente relacionado com a capacidade dos Estados Unidos de usar sua moeda, um item essencialmente doméstico, para impor sua influência global. O dólar, sendo a moeda dominante no comércio internacional e nas reservas financeiras, permite aos Estados Unidos imprimir poder econômico em concordância com as suas demandas, visto que outros países necessitam manter grandes reservas da moeda para realizar transações internacionais. Este fato cria uma assimetria, na qual os Estados Unidos possuem um acesso privilegiado ao sistema monetário global, o que é descrito por Strange como uma forma de "imperialismo financeiro". (Strange, 1971).

Apesar do domínio do dólar, outras moedas têm ganhado relevância nos debates internacionais — como o Renminbi chinês e o rublo russo —, impulsionadas por estratégias de contestação à hegemonia estadunidense. É verdade que o dólar dos Estados Unidos afirmou, e continua afirmando, seu espaço de dominância e sua capacidade de ditar as regras do jogo no SMFI. Também é verdade que existem outros países que não estão contentes com esta realidade e desenvolvem estratégias para se fortalecerem perante esta hegemonia.

Logo, é necessário destacar que a crise financeira de 2007-2010 destacou a interdependência das economias globais, especialmente a vulnerabilidade dos EUA, visto que enfrentaram uma recessão devido à falência dos seus grandes bancos e à bolha imobiliária que foi estourada. Sendo assim, a China, a qual possuía grandes reservas em dólares, encontrou neste cenário a oportunidade para questionar a eficácia do sistema financeiro global e iniciou um processo de internacionalização do Renminbi (RMB)², sua moeda. O governo chinês passou a considerar o RMB como uma alternativa ao dólar, com o principal objetivo de reduzir sua dependência das flutuações da moeda americana, assim como alavancar a sua moeda e o seu país. (Santos, 2022).

Existiam discussões internas no Partido Comunista Chinês, principalmente entre as alas de mais alinhamento liberal ou conservador. Tais alas divergiam principalmente quanto aos benefícios e custos dessa internacionalização do Renminbi. Em suma, a ala liberal percebia a internacionalização do RMB como uma chance de afirmar a China como uma potência monetária, além de reduzir custos nas transações comerciais e fortalecer sua posição no mercado internacional. Já a ala conservadora temia que a valorização do RMB prejudicasse o modelo de crescimento chinês baseado nas exportações, além de criar a necessidade de prover liquidez internacional e aumentar a capacidade de endividamento.

² Em suma, diferentemente do real que é tanto a moeda em si, quanto sua unidade de conta, o Renminbi (RMB) pode ser dividido em outras formas, como o popular Yuan. Logo, ao se tratar dos preços e valores de produtos, por exemplo, refere-se à moeda como Yuan, já quando trata-se de política monetária — que é o caso da presente pesquisa — refere-se à moeda como Renminbi.

Apesar desses impasses, o governo decidiu avançar no processo de forma gradual. (Santos, 2022).

Logo, com o crescente volume de reservas cambiais e a necessidade de administrar essas reservas de forma mais eficiente, a China implementou a internacionalização do RMB criando um mercado financeiro *offshore* em Hong Kong, buscando ampliar a presença do RMB nos mercados globais. O objetivo desse plano de ação era minimizar a exposição da economia chinesa às flutuações do mercado financeiro global, principalmente à economia dos Estados Unidos. Essa estratégia visava garantir maior autonomia econômica e reduzir a dependência do dólar, tendo a capacidade de posicionar a China como um alicerce na economia internacional, assim como visava alterar as dinâmicas de poder global. (Santos, 2022).

A China, então, busca internacionalizar o Renminbi (RMB) atendendo a três pré-requisitos essenciais: liquidez, ajuste e confiança. O primeiro — liquidez — é a capacidade da economia de resolver desequilíbrios temporários utilizando suas reservas internacionais. Apesar de ser a segunda maior economia mundial, o volume de transações em RMB ainda é reduzido em comparação ao dólar e ao euro. Já o segundo, o ajuste, por sua vez necessita que o país mantenha suas reservas internacionais enquanto evita déficits constantes. Por fim, a confiança é entendida pelo nível de aceitação do RMB no sistema financeiro global, algo que pode ser assegurado com a manutenção da estabilidade econômica da China e o aumento gradual do uso da moeda em transações internacionais, logo, é essencial para a internacionalização. (Santos, 2022).

Com o objetivo de avançar na internacionalização do RMB, a China implementou uma estratégia global e regional. Logo, a estratégia global envolve a criação de *swaps* bilaterais de moeda com uma variedade de países, desde vizinhos como a Coreia do Sul e Indonésia, até países fora da zona de influência, como o Reino Unido e o Brasil. Esses *swaps* incentivam o uso do Renminbi nas trocas comerciais, o que permite sua liquidação em países como Rússia, Vietnã e Nigéria. Além disso, o programa *Qualified Foreign Institutional Investor* (QFII), o qual foi implementado em 2002, permite que investidores estrangeiros acessem o mercado de títulos chinês com o RMB *offshore*. Além disso, o Banco Popular da China também abriu mercados de títulos interbancários para os bancos estrangeiros, o que facilitou o aumento da circulação do RMB e sua aceitação internacional. Tais medidas almejam lidar com os desafios de dois pré-requisitos essenciais da internacionalização do RMB, a liquidez e a confiança. Ao permitir o acesso de investidores estrangeiros à economia chinesa com sua própria moeda

nacional, o RMB consegue garantir mais reconhecimento e estabilidade no SMFI. (Santos, 2022).

Por fim, a estratégia regional da China tem sido tão importante quanto a internacional para alcançar a internacionalização do RMB. Observa-se que, desde 2003 com o acordo entre a China e Hong Kong, a China iniciou um processo de integração da moeda com a região administrativa especial, onde foram criados os títulos *Dim Sum*, os quais foram emitidos pelo *China Development Bank* em 2007. Esses títulos ajudaram a estabelecer o mercado de RMB em Hong Kong assim como em outras cidades, como Cingapura, Londres e Paris. Além disso, a China tem investido fortemente em transformar Xangai em um centro financeiro global, implementando conexões financeiras com outras regiões, como o *Shenzhen-Hong Kong Stock Connect* e o *Xangai-Hong Kong Stock Connect*. Tais investimentos já aumentaram o número de transações em RMB, o que ajuda a monitorar o progresso da moeda e desenvolver novas estratégias. Muito embora o uso do RMB ainda seja baixo se comparado a moedas como o dólar e o euro, a inclusão do RMB na cesta de moedas do FMI, em 2016, reforçou sua legitimidade como reserva internacional. Um reconhecimento internacional desta magnitude contribui fortemente para a continuidade e o desenvolvimento da internacionalização do RMB, permitindo à China aumentar sua influência no cenário monetário e financeiro global. (Santos, 2022).

Em concomitância com o caso chinês, também existe o caso russo. De formas diferentes, mas buscando impactos paralelos, a Rússia também tem desenvolvido sistemas e formatos que desafiam o dólar e a hegemonia dos Estados Unidos. Principalmente em se tratando das sanções recebidas pelo país nos últimos anos, existem esforços da Rússia para ser uma contrapartida ao poderio estadunidense.

Em resposta às ações da Rússia no confronto com a Ucrânia, os Estados Unidos e seus aliados implementaram uma série de sanções, com o objetivo de atrapalhar a estabilidade econômica russa e limitar sua capacidade econômica, a fim de limitar o financiamento de suas operações militares. Aqui, as sanções são uma medida também para restringir o setor de serviços russos, tendo como alvo tanto indivíduos quanto pessoas jurídicas que possam dar suporte aos esforços de guerra do país. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos enfatiza que tais ações foram criadas apenas para romper com o acesso da Rússia aos lucros provenientes de bens essenciais, o que enfraqueceria seu complexo militar-industrial. (Department of Treasury, EUA, 2025).

A Rússia, então, tem utilizado estratégias de desdolarização para mitigar os impactos das sanções, reduzindo sua dependência da moeda estadunidense. Ou seja, estão diminuindo o

uso do dólar nas suas trocas internacionais, particularmente com seus grandes parceiros como a China e a Índia, e aumentando o número de transações em yuan e rublos. Além disso, o país tem inflado suas reservas em ouro e desenvolvendo seus próprios sistemas de pagamento, a fim de não utilizar as grandes financeiras ocidentais. (Wenhong, 2023).

Mesmo diante dos esforços de desdolarização, o impacto das sanções econômicas impostas à Rússia evidenciou os limites da autonomia financeira em um sistema ainda profundamente atrelado ao dólar. A exclusão ativa dos russos dos setores mais avançados tecnologicamente obrigou o país a redirecionar seu foco para trocas energéticas e de commodities, estratégia que, embora viável em certos aspectos, também impõe desafios estruturais à resiliência econômica do país. Esse cenário levanta questões sobre os reais caminhos possíveis para escapar da hegemonia monetária estadunidense.

Na próxima seção, explora-se mais profundamente o fenômeno da desdolarização, com foco nas estratégias adotadas por Rússia, China e Brasil diante de um sistema global ainda ancorado na moeda norte-americana.

1.2 Dólar para desdolarizar: a unificação que fragmenta o mundo.

Assim como a hegemonia entre as diferentes relações interestatais, também necessitamos notar a competição e hierarquias entre os Estados. Logo, o dólar estadunidense recebe uma posição de destaque nesta narrativa, pois, ao que diz respeito às finanças internacionais, esta moeda não só constantemente se reafirma como um destaque na hierarquia do sistema, mas também proporciona aos Estados Unidos um espaço de gestão sobre ele. Ao funcionar como reserva de valor do sistema, o dólar possui a capacidade de regular e alterar seu próprio poder de compra em relação a qualquer outra moeda. (Metri, 2004).

O papel de destaque dos Estados Unidos também se confere pelos títulos do Tesouro do país, seus títulos de dívida pública. Grande parte disso deriva do grau de desenvolvimento da infraestrutura dos seus mercados, tendo um *framework* de regulação e procedimentos de mitigação de risco bastante maduros. Além disso, o risco de crédito mínimo a taxa de juros que serve como referência para a formação de preço dos demais títulos dos mercados privados também contribuem para essa maior confiança no tesouro do país. Esses títulos públicos são investimentos de longo prazo considerados seguros. (Metri, 2004).

Essa gama de características torna os títulos públicos dos Estados Unidos um importante *asset* do SMFI. Como afirma Metri, “os *Treasuries* funcionam como autênticas

quase-moedas, ou seja, substitutos muito próximos das moedas nacionais” (Metri, 2004, p.14). Dessa forma, o dólar hoje funciona como base das transações internacionais, das mais básicas até as mais complexas, trazendo confiança e segurança para aqueles que transacionam. Além disso, observa-se que os Estados Unidos não enfrentam restrições comuns do balanço de pagamento tal qual enfrentam os outros países. (Metri, 2004).

Em se tratando da dominância do dólar, é necessário observar que esta concede aos Estados Unidos o chamado “privilégio exorbitante”. Esse privilégio é capaz de permitir ao país financiar déficits em conta corrente e manter déficits fiscais elevados sem enfrentar as mesmas restrições que outras nações enfrentam quando passam, virtualmente, pelas mesmas condições. Enquanto os Estados Unidos emitem sua própria moeda, outros países precisam acumular uma moeda estrangeira — dólares — para pagar suas importações e dívidas externas, reforçando a dependência global do dólar.

Algo inerente à hegemonia da moeda estadunidense é o seu papel binário, como uma moeda nacional assim como internacional. Ela funciona como um “dinheiro passivo internacional” (Oliveira, p.35, 1983), ou seja, possui uma função passiva de reserva de valor internacional, o que exemplifica sua hegemonia, enquanto o seu uso como nas trocas globais e como fluxos de capital reforçam seu status em todas as frentes. (Oliveira, 1983).

A dolarização do SMFI cria vulnerabilidades significativas e específicas para aqueles países em desenvolvimento, países periféricos. Muitos desses países enfrentam dificuldades ao tentar acumular reservas em dólar, logo, ficam suscetíveis a flutuações cambiais e políticas monetárias do Federal Reserve (Fed), que podem impactar diretamente suas economias. Logo, quando ocorrem aumentos nas taxas de juros dos Estados Unidos, estes podem levar à fuga de capitais dos mercados emergentes, desestabilizando suas economias.

Nesse sentido, e diante dessas vulnerabilidades, movimentos de desdolarização têm ganhado os mais diversos formatos ao redor do globo. No caso do Mercosul, a criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) possui como um dos seus objetivos principais a redução da dependência do dólar, ao permitir e facilitar transações comerciais diretamente nas moedas dos países-membros. Da mesma forma, o bloco BRICS tem avançado com a criação de mecanismos alternativos que buscam promover maior independência do dólar nas transações internacionais.

A desdolarização emerge no contexto, e na tentativa, de ser uma resposta às vulnerabilidades e desigualdades advindas de uma alta dependência do dólar tanto em contextos internacionais, quanto domésticos para alguns países. Ao apropriar-se das discussões propostas por Oliveira (1983), é possível inferir que há um papel passivo sendo

desenvolvido pelas outras moedas existentes no SMFI, ou seja, para existir uma desdolarização é necessário reconfigurar e reajustar como se dão as trocas globais, assim como as redes financeiras existentes, a fim de permitir um uso mais diverso — e possivelmente menos controverso — das moedas em âmbito global.

A desdolarização representa tanto um desafio teórico quanto prático para o SMFI, logo, necessita-se não só da redistribuição do poder monetário, como também de uma nova avaliação das estruturas econômicas e políticas que são basilares para a hegemonia do dólar. A desdolarização, então, está inserida em um contexto mais amplo de desigualdades sistêmicas, tentando explorar as complexidades de uma ordem monetária que visaria um dia se tornar multipolar, afastando-se de um sistema dominado pelo dólar e dando ênfase à necessidade de inovação institucional, geopolítica e de poder.

Nesse contexto, o potencial para a desdolarização dentro do Mercosul pelo SML ainda é um forte ponto de debate, pois ainda que o sistema tenha o objetivo de reduzir a dependência da moeda, e mesmo que consiga o fazer, o impacto internacional do dólar ainda é sentido por esses países. Entretanto, podemos nos apropriar das discussões de Metri (2020) quando este afirma que os esforços para desdolarização, principalmente os que ocorrem na China e na Rússia, são setas que apontam para a grande insatisfação internacional com a hegemonia do dólar, potencialmente servindo de base para novas alternativas que se mostrem viáveis.

Logo, é imprescindível para essa análise que seja abordada a China, a qual desempenha um papel central nos esforços de desdolarização e pode apresentar uma alternativa. O RMB quebra barreiras quando, em outubro de 2016, se tornou a primeira moeda de um país considerado emergente a ser incluída na cesta de moedas que determinam o valor dos Direitos Especiais de Saque (DES). Os DES foram criados em 1969, quase no fim do Sistema Bretton Woods, e seu maior objetivo era complementar as reservas em ouro e dólar. Logo, os DES eram a moeda do FMI, a qual não possui necessariamente uma forma física, um papel com um rosto impresso, mas possui seu valor calculado com base nas moedas constituintes da sua cesta. Ou seja, o Renmimbi a partir de agora somaria nesta cesta. Além disso, de 2000 até 2016 esta cesta era representada apenas pelo dólar, euro, iene e libra esterlina. (Martins, 2018).

Uma colaboração intensa entre a China e a Rússia demonstra grandes esforços para desdolarizar, visto que ambos os países têm trabalhado juntos para reduzir a necessidade do uso da moeda estadunidense. Logo, suas trocas bilaterais são feitas entre yans e rublos, com o objetivo de criar um sistema financeiro mais resiliente e menos suscetível às mudanças

internacionais e, principalmente, ocidentais. (Nikoladze e Bhusari, 2025). Nesse ínterim, o grupo dos BRICS, inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, tem emergido como um importante ator na discussão sobre desdolarização.

Uma das áreas na qual o bloco tem se tornado particularmente relevante é nas políticas monetárias, visto que os membros, em conjunto como bloco, mas também em outras ações individuais, têm agido para que suas finanças e trocas comerciais estejam fora do alcance do dólar. As nações do BRICS entendem a hegemonia do dólar como uma ferramenta de influência política e econômica que beneficia majoritariamente os Estados Unidos, logo, pretendem criar alternativas estratégicas e financeiras que sejam opções mais viáveis para os outros países do Sistema Internacional, e também para os seus próprios membros.

O grupo critica o sistema financeiro global existente, dominado por instituições ocidentais, como o Fundo Monetário Internacional, as quais foram criadas e fortificadas a partir do Sistema de Bretton Woods de 1944. O BRICS é um bloco que reconhece que estas instituições não estão atualizadas, e não possuem ferramentas suficientes, para conseguir representar de forma adequada os interesses das economias emergentes. Logo, criam suas próprias instituições, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Acordo de Reserva Contingente (ARC). (Bolfarine Caixeta et al., 2024).

Tais iniciativas demonstram um interesse em não só reduzir o uso do dólar, mas consequentemente aumentar o uso das moedas locais em trocas comerciais e apoios financeiros. Percebe-se que a desdolarização é um dos pilares das estratégias do BRICS, visto que o grande privilégio dos Estados Unidos sobre as outras nações está diretamente relacionado com o fato de possuírem a moeda que é a base para as transações internacionais, e inclusive domésticas, em alguns países. Além disso, a aplicação de sanções econômicas pelas ordens dos Estados Unidos, ou diretamente aplicadas por eles, é outro privilégio que o país possui para ditar regras e ações no SI. (Bolfarine Caixeta et al., 2024).

É importante perceber, contudo, que existem alguns desafios para que processos de desdolarização consigam ocorrer. A liquidez dos mercados financeiros dos Estados Unidos são um grande suporte para o SMFI como um todo. Logo, a segurança ofertada pela moeda faz com que diversas nações tenham dificuldades em participar de outras iniciativas, visto que o dólar ainda é uma opção que oferece maior segurança e previsibilidade.

Além disso, há uma falta de alternativas ao dólar, pois mesmo que o renminbi esteja crescendo internacionalmente, ainda falta uma alta conversibilidade, maior transparência e uma aceitação geral nos mercados internacionais. O mesmo ocorre com outras moedas presentes no BRICS, como o real brasileiro, os rublos russos, as rúpias indianas, dentre outras

moedas. Observa-se, então, que estes problemas são de cunho estrutural ao SMFI, um sistema dominado pelo dólar, logo, o bloco dos BRICS precisa desenvolver estratégias mais robustas e de longo prazo para levar seus planos adiante com maiores chances de sucesso.

Por fim, é possível apontar uma tendência crescente entre os países do Sul Global rumo à construção de uma ordem monetária mais multipolar. Ainda que o processo de desdolarização esteja em estágios iniciais e envolto em incertezas, iniciativas como o BRICS e, potencialmente, o SML, indicam a busca por alternativas mais equitativas no sistema internacional.

No próximo capítulo, serão examinadas em detalhe as características, funcionamento e limitações do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), destacando seus objetivos, os atores envolvidos e o contexto político que impulsionou sua criação.

CAPÍTULO 2: O SISTEMA DE PAGAMENTOS EM MOEDA LOCAL

O presente capítulo possui o objetivo de delimitar o que é o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) mercosulino, ou seja, quais suas bases de funcionamento e como se propõe como instrumento facilitador de trocas dentro do Mercosul. Para isso, o presente capítulo foi dividido em quatro sessões. A primeira é uma introdução ao SML e as decisões que levaram a sua criação. O segundo, sendo a primeira subdivisão, desenvolve sobre os convênios e como funciona o Sistema em si. O terceiro e o quarto, respectivamente, delimitam o contexto político de cada Estado-parte, para então conseguir desenvolver sobre possíveis desafios e avanços desta iniciativa para cada membro.

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) surgiu como uma iniciativa dentro do Mercosul com o propósito de facilitar o comércio entre os países membros, utilizando suas moedas locais em vez do dólar estadunidense. Nesse contexto, o SML se propõe como um mecanismo de desdolarização, permitindo que as transações comerciais dentro do bloco sejam realizadas em reais, pesos ou guaranis, sem a necessidade de recorrer à conversão para o dólar. Ao viabilizar pagamentos diretos entre os países do Mercosul, o SML busca não apenas facilitar o comércio, mas também fortalecer a integração econômica do bloco, promovendo maior soberania financeira para seus membros.

É importante observar que, para Maria da Conceição Tavares (1985), a dependência do dólar reflete uma correlação de forças no sistema monetário internacional que privilegia os Estados Unidos. Isso nos conduz para reflexões como o surgimento do SML como uma ferramenta que pode contribuir para a diminuição dessa dependência. A ideia de Tavares sobre a necessidade de autonomia econômica e financeira para os países periféricos do sistema internacional encontra eco no propósito do SML, uma vez que o sistema busca reduzir os impactos negativos das flutuações do dólar nas economias do Mercosul. Ao permitir que as transações ocorram diretamente em reais, pesos ou guaranis, o SML reforça uma das premissas defendidas por Tavares: a busca por mecanismos que possam promover maior controle sobre os fluxos financeiros regionais.

Logo, é importante saber que o SML é um sistema de pagamentos que funciona de forma informatizada, por meio de *softwares*, permitindo que remetentes e destinatários — nos países integrantes do sistema — façam e recebam pagamentos referentes a transações

comerciais, a outros benefícios como aposentadoria e pensões, ou simples remessas em suas próprias moedas (Banco Central do Brasil, 2024).

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) facilita as transações financeiras entre os países do Mercosul sem a necessidade de conversão para o dólar estadunidense, utilizando as moedas locais dos países membros: o peso argentino, o guarani paraguaio, o peso uruguaio e o real brasileiro. As transações podem envolver diferentes tipos de pagamentos, como aqueles relacionados ao comércio de bens e serviços, à cobrança de importações, ou até mesmo remessas financeiras, como transferências correntes e benefícios sociais. Essa flexibilidade no tipo de transação é um dos aspectos que tornam o SML uma ferramenta importante para a integração econômica regional, pois permite que os países do Mercosul realizem pagamentos diretamente em suas próprias moedas.

O processo de operação do SML é coordenado principalmente pelos bancos centrais dos países participantes, que desempenham um papel crucial na realização das transações. Essas transações entre os bancos centrais e as instituições financeiras envolvem uma estrutura de comunicação e liquidação definida, garantindo que os pagamentos sejam efetuados de forma eficiente e dentro das regulamentações estabelecidas. O escopo e os detalhes operacionais das transações são definidos por meio de acordos bilaterais entre os países participantes, o que garante que as transações ocorram de acordo com as necessidades e as regulamentações de cada país.

O funcionamento do SML é, portanto, um exemplo claro de como as iniciativas de integração regional podem se apoiar em acordos técnicos e operacionais, permitindo que países do Mercosul superem as limitações impostas pela dependência do dólar. Ao se basear na coordenação entre os bancos centrais e nos acordos bilaterais, o SML oferece uma alternativa viável e estratégica para a redução de custos de transação e para a promoção de uma maior autonomia financeira na região.

O Mercosul³, fundado pelo Tratado de Assunção em 1991, estabeleceu uma série de subgrupos de trabalho com o objetivo de desenvolver estratégias específicas para questões de interesse do bloco. Dentre esses subgrupos, um dos mais relevantes para a presente pesquisa é o Subgrupo de Trabalho (SGT) N°4 – Assuntos Financeiros, que tem sido central para o desenvolvimento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). O SGT N°4 tem promovido discussões técnicas e operacionais essenciais para o avanço do SML, com foco na

³ O Mercosul conta com Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai como membros ativos, além disso, também possui a Venezuela que está suspensa.

integração monetária regional e na redução da dependência do dólar nas transações comerciais entre os países membros.

O Sistema de Pagamentos em Moeda local é um instrumento para a facilitação das trocas em moedas locais dos países mercosulinos. O Subgrupo de Trabalho (SGT) N°4 é administrado desde 2023 pela Comissão dos Sistemas de Pagamentos Transfronteiriços (CSPT). A comissão foi criada para monitorar os sistemas de pagamentos transfronteiriços na região do Mercosul, com o objetivo de identificar e coordenar os aspectos de possível melhoria. De acordo com o Mercosul,

A Comissão analisa o estado do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) em cada banco central e fornece contribuições estatísticas, consultas e trocas de opiniões sobre os SMLs e as suas operações. Também realiza discussões sobre outras questões afins relevantes, como moedas digitais de bancos centrais e sistemas de pagamentos rápidos ou instantâneos. (MERCOSUL, 2024).

Para esta pesquisa, foram analisadas as atas de reuniões do SGT N°4 desde 2008 até o ano de 2024. Tais atas podem ser encontradas no *website* do Mercosul, no espaço de documentos, na aba de atas e anexos. Notadamente, o SGT N°4 tem promovido eventos e iniciativas focadas nas moedas locais, logo ao todo foram analisadas 32 atas, além dos seus anexos como as agendas, resumos e as resoluções específicas encontradas sobre o SML. Tais fontes primárias evidenciam o papel do SGT N°4 como importante ator na integração monetária regional e demonstram como o SML é institucionalmente monitorado e apoiado pelo Mercosul e suas instituições internas.

Além da análise das atas de reuniões do SGT N° 4 de 2008 a 2024, é importante destacar a realização do Seminário Internacional “Moedas Locais no Comércio Regional”, ocorrido em 18 de outubro de 2023, o qual foi promovido pelo Banco Central do Brasil durante o 54° Ciclo de Reuniões do SGT-4. Esse evento, que contou com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros, foi capaz de reforçar o papel do SGT N° 4 como ator central na integração monetária regional e no monitoramento institucional do SML pelo Mercosul. (Mercosul, 2023).

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local foi inicialmente apresentado por Brasil e Argentina na XXVI Reunião ordinária do SGT N°4, em novembro de 2008. Durante essa reunião, a comissão solicitou que na reunião subsequente fossem apresentados resultados mais concretos sobre a experiência dos dois países com o SML. Já na XXVII Reunião, em maio de 2009, Brasil e Argentina apresentaram resultados positivos, observando melhorias no SML, especialmente para micro, pequenas e médias empresas, que haviam se beneficiado desde a implementação do sistema em outubro de 2008. (MERCOSUL, 2009).

Enquanto isso, em 2009, a Venezuela anunciou seu próprio sistema de pagamentos em moeda única, em parceria com Bolívia, Cuba, Equador, Honduras e Nicarágua. Este movimento, embora distinto, refletia uma tentativa de outros países da região de explorar alternativas aos sistemas tradicionais de pagamento. No entanto, foi em novembro de 2009, durante a XXVIII reunião, que o Uruguai anunciou seu interesse em participar do SML, criando um sistema de pagamentos bilateral com o Brasil, com lançamento previsto para início de 2010. O Uruguai declarou que estaria pronto para uma participação completa no SML a partir de 2011. (MERCOSUL, 2009).

O SML foi retomado na XXXVII Reunião em outubro de 2014, quando Argentina e Brasil novamente apresentaram atualizações sobre o sistema. Contudo, a discussão sobre o SML enfrentou uma grande pausa, sendo retomada apenas em 2020, na reunião de número XLVIII, realizada por videoconferência. Nesse encontro, o grupo de trabalho dos Bancos Centrais apresentou as primeiras análises sobre o funcionamento do SML. Durante a reunião, os participantes reconheceram diferenças significativas nos regulamentos das operações nos acordos bilaterais existentes. Apesar disso, foi possível definir uma base de características necessárias para o bom funcionamento do sistema, dando início à próxima etapa: a apresentação do modelo de liquidação multilateral proposto. (MERCOSUL, 2014; MERCOSUL, 2020).

Em 2021, na XLIX reunião, o grupo de trabalho dos Bancos Centrais concluiu que, para que o SML se tornasse realmente vantajoso, era necessário um grande fluxo de utilização. Portanto, foi reconhecido que ainda havia margem para aprimorar o sistema. Na reunião L, também em 2021, foi destacada a oportunidade e necessidade de aumentar o número de agentes econômicos utilizando o sistema. Nesse mesmo encontro, foram apresentados resultados sobre o funcionamento do SML até o ano de 2021, apontando os avanços e as lacunas que ainda precisavam ser trabalhadas. (MERCOSUL, 2021).

É importante ressaltar que o grande papel dos bancos centrais é facilitar o funcionamento do SML, com os bancos centrais da Argentina e do Brasil sendo os maiores pilares para o funcionamento de todo o sistema, visto que foram seus primeiros pensadores. Como traz Cruz (2017), entretanto, a efetividade dessas instituições ainda depende da habilidade que possuem em gerenciar a volatilidade dos fluxos de trocas, assim como garantir a liquidez em moedas locais. Outro ponto importante a ser pontuado é a necessidade do sistema de ser adotado por instituições privadas para chegar ao crescimento, o que necessita de um suporte institucional bastante robusto, assim como estabilidade e eficiência nos processos.

Na Argentina, o SML anteriormente a 2021 estava restrito ao comércio de bens e à transferência de pagamentos previdenciários, porém naquele ano já tinha evoluído para a possibilidade de cursar operações de comércio e serviços e de transferências unilaterais correntes⁴, o que já estava ocorrendo com operações com o Paraguai e com estudos encaminhados para ocorrer com o Brasil. O Brasil anunciou que estava estudando a ampliação do SML para além de bancos, incluindo *fintechs* e agências e corretoras de câmbio. Já o Uruguai, em concordância com o Brasil, também estava liberando o uso para além dos bancos, ou seja, para empresas públicas, para empresas de serviços financeiros e para o instituto de previdência uruguaio. O Paraguai, por fim, estudava a possibilidade de liberar o SML para agências de telefonia.

Neste momento, a partir da década de 2020, há um foco em desenvolver melhor as tecnologias relativas aos processos e burocratização, a fim de agilizar e melhor esclarecer as documentações necessárias. Isso se dá pois estava ocorrendo a devolução dos processos em SML, e isso se deu em grande parte por problemas na entrega de documentos, os quais aumentavam a morosidade do processo. Ou seja, mesmo quando o serviço era procurado e efetivado pelo pagador e pelo recebedor, o processo era demorado demais fazendo com que desistissem e buscassem outros meios, devolvendo o processo e o pagamento. Além disso, ainda havia a falta de concordância multilateral sobre quais transações eram permitidas ou não.

A economia política da integração regional está profundamente relacionada com o sucesso do SML, sendo assim, podemos observar os pensamentos de Robert Gilpin (1981) quando ele afirma que a integração regional é inerente à cooperação política, o que requer interesses convergentes entre os Estados participantes. Ao se apropriar dos pensamentos de Gilpin, é possível transportar esta discussão para o SML à medida que percebe-se que muitos esforços desta iniciativa se fazem inertes pela falta de consistência na organização micro e macroeconômica entre os países participantes, principalmente entre seus maiores players, Argentina e Brasil. Com este histórico desenhado, é possível pensar em quais são as ferramentas e convênios desenvolvidos pelo Sistema de Pagamentos em Moeda Local para o seu funcionamento.

⁴ De acordo com o Senado Legislativo brasileiro, transferências unilaterais correntes são a “parcela das transações correntes que registra as entradas ou saídas de divisas decorrentes, por exemplo, do envio de recursos ao exterior para a manutenção de embaixadas, serviços consulares e de remessa de valores ao país feitas por imigrantes, para seus familiares. Essa denominação deriva do fato de serem operações sem contrapartida em compra e venda de mercadoria ou de serviços ou em pagamento de remuneração de empréstimos.” (Senado Federal, 2023).

Quadro 1: Instituições reguladoras do SML e suas funções.

| País/bloco | Instituições Reguladoras | Função das Instituições |
|------------|---|--|
| Argentina | Banco Central de la República Argentina (BCRA) | Regula e supervisiona o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, assegurando a liquidez e segurança das transações. |
| | Ministerio de Economía | Coordena políticas cambiais e econômicas. |
| Brasil | Banco Central do Brasil (Bacen) | Regula e supervisiona o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, assegurando a liquidez e segurança das transações. |
| | Ministério da Economia | Coordena políticas cambiais e econômicas. |
| Uruguai | Banco Central del Uruguay (BCU) | Regula e supervisiona o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, assegurando a liquidez e segurança das transações. |
| | Banco de la República Oriental del Uruguay (BROU) | Facilita transações financeiras no país |
| | Ministerio de Economía y Finanzas | Coordena políticas cambiais e econômicas. |
| Paraguai | Banco Central del Paraguay (BCP) | Regula e supervisiona o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, assegurando a liquidez e segurança das transações. |
| | Ministerio de Hacienda | Coordena políticas cambiais e econômicas. |
| | Instituto Nacional de Tecnología, Informática y Comunicación (ITIC) | Auxilia com aspectos tecnológicos e operacionais. |
| Mercosul | Reuniões do Conselho Monetário do Mercosul (CMM) | Coordena as políticas e facilita a implementação do SML entre os países membros. |
| | SGT 4 | Cuida das questões técnicas e operacionais do SML. |

Fonte: Produção própria.

A estrutura institucional do SML no Mercosul apresenta uma organização clara e hierárquica, conforme observado no Quadro 1. Podemos perceber que cada país conta com instituições específicas responsáveis pela regulação e operacionalização do sistema, com funções bem delimitadas.

No âmbito nacional, observa-se que Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai possuem estruturas similares, compostas por seus respectivos bancos centrais e ministérios da economia. O Banco Central de la República Argentina (BCRA), o Banco Central do Brasil (Bacen), o Banco Central del Uruguay (BCU) e o Banco Central del Paraguay (BCP) assumem a função primária de regular e supervisionar o SML, garantindo a liquidez e segurança das transações. Paralelamente, os ministérios da economia de cada país — *Ministerio de Economía* (Argentina), Ministério da Economia (Brasil), *Ministerio de Economía y Finanzas* (Uruguai) e *Ministerio de Hacienda* (Paraguai) — são responsáveis pela coordenação das políticas cambiais e econômicas relacionadas ao sistema.

O caso do Uruguai apresenta uma particularidade com a inclusão do Banco de la República Oriental del Uruguay (BROU) como instituição adicional envolvida no processo, com a função específica de facilitar transações financeiras no país. Já o Paraguai destaca-se por contar com o *Instituto Nacional de Tecnología, Informática y Comunicación* (ITIC) como órgão auxiliar nos aspectos tecnológicos e operacionais do sistema.

Além disso, em nível regional, a governança do SML é coordenada por duas instâncias principais: o Conselho Monetário do Mercosul (CMM), responsável pela articulação política entre os países membros, e o SGT-4, que trata das questões técnicas e operacionais específicas do sistema. Esta estrutura em duas frentes permite conciliar as necessidades de decisão política com as exigências técnicas da implementação do sistema. A presença de instituições claramente definidas em ambos os níveis — nacional e regional — indica que o sistema possui os elementos básicos necessários para seu funcionamento adequado, desde que haja a efetiva articulação e comunicação clara entre os diversos atores envolvidos.

Com a contextualização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e sua importância para a integração financeira entre os países do Mercosul, fica claro que sua efetividade depende, em grande medida, dos convênios bilaterais e do funcionamento técnico e regulatório do sistema. Embora haja avanços significativos, a evolução do SML está atrelada ao aprimoramento das regras e à expansão de sua utilização, tanto por bancos locais quanto por instituições privadas. Na subseção seguinte, serão discutidos em detalhes os convênios bilaterais que sustentam o SML, bem como seu funcionamento técnico, com foco em suas particularidades operacionais e nas questões práticas enfrentadas pelos países membros.

2.1 Convênios e funcionamento do SML

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) é uma ferramenta desenvolvida para facilitar as transações comerciais entre os países do Mercosul, com o uso de suas próprias moedas, sem a necessidade do uso de moedas intermediárias como o dólar. A sua implementação e operação envolvem uma série de questões jurídicas, financeiras, bancárias e tecnológicas necessárias para garantir a eficiência e confiabilidade do sistema. É neste caso que os referidos acordos podem reforçar o respaldo jurídico e a segurança das partes interessadas.

Do ponto de vista jurídico, o SML é, portanto, regulamentado através de acordos bilaterais entre os bancos centrais dos países participantes, como o Banco Central do Brasil, o Banco Central da Argentina, o Banco Central do Uruguai e o Banco Central do Paraguai. Esses acordos estabelecem as condições e diretrizes sobre as quais as operações podem ser realizadas em moedas locais. Um dos principais marcos legais é a formalização da dispensa da necessidade de contratos de câmbio tradicionais que permitem a execução de pagamentos e recebimentos. Além disso, o SML é apoiado pela legislação nacional que permite flexibilizar certos controles cambiais, tornando o sistema mais eficiente e menos burocrático.

Logo, a operação do SML se inicia quando o remetente registra sua operação e efetiva a ordem de pagamento em sua própria moeda em uma instituição financeira autorizada, como um banco no seu país, e leva três dias para ser completada. Em resumo, o SML é um sistema inovador que facilita as transações comerciais dentro do Mercosul, com implicações importantes para a soberania monetária dos países envolvidos. Sua implementação envolve desafios legais, bancários e tecnológicos, mas também oferece oportunidades significativas para a desdolarização do comércio regional e a simplificação das trocas. Portanto, é importante definir que a desdolarização, nesta pesquisa, é entendida como a diminuição do uso do dólar estadunidense em transações comerciais intra-bloco, podendo chegar à não utilização desta.

Atualmente, existem três acordos SML assinados pelo Banco Central do Brasil (BCB): o primeiro com o Banco Central da República da Argentina (BCRA), o segundo com o Banco Central do Uruguai (BCU) e o terceiro com o Banco Central do Paraguai (BCP). O acordo com o BCP ainda está em fase regulatória. No âmbito intrabloco, além dos acordos acima mencionados, existem regulamentos operacionais assinados pelo Banco Central da República Argentina e pelo Banco Central do Uruguai. No nível doméstico no Brasil, existem atualmente três regulamentações administradas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou pelo BCB:

a) Resolução CMN nº 4.331, de 26.05.2014, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e estabelece diretrizes para regulamentação de convênios bilaterais entre participantes do referido sistema celebrados no âmbito do Mercosul;

b) Circular BCB no 3.707, de 16.06.2014, que dispõe sobre o SML entre o BCB e o BCRA;

c) Circular BCB no 3.734, de 26.11.2014, que dispõe sobre o SML entre o BCB e o BCU. (Banco Central do Brasil, 2024).

Ao observar, então, o primeiro acordo entre o BCB e o BCRA foi celebrado em 2008. (BCB, 2008). Este acordo foi crucial para viabilizar as transações comerciais entre os dois países utilizando diretamente suas moedas locais, o real e o peso argentino, sem a necessidade de conversão para dólares. A ideia principal por trás desse acordo era promover maior integração econômica e facilitar as transações comerciais, reduzindo os custos operacionais e o risco cambial. Esse acordo se mostrou pioneiro e ainda está em operação, representando um marco para a cooperação financeira entre os dois países.

Com relação a este convênio, podem ser realizados pagamentos referentes a operações de comércio internacional de bens e serviços, como frete e seguro, os quais envolvem pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil ou na Argentina. Pagamentos também podem ser realizados em se tratando de aposentadorias e pensões, entre o Brasil e a Argentina, desde que a previdência oficial (entidade pagadora) e o seu beneficiário (destinatário) sejam residentes, domiciliados ou tenham sedes nesses países, porém em polos distintos — tal possibilidade pode ser especificamente benéfica para civis que mudaram de país de domicílio. Remessas financeiras ainda não são possíveis de serem trocadas entre Brasil e Argentina, mesmo que nos convênios com outros países já seja possível.

Em se tratando da aplicabilidade do SML entre Brasil e Uruguai, são regulamentados pagamentos referentes a operações de comércio internacional de bens e serviços associados a essas operações, tais como frete e seguro, assim como ocorre com a Argentina. Além disso, podem ser realizadas operações de comércio internacional de serviços diversos não sujeitos ao registro de que trata a Resolução nº 3.844, de 23 de março de 2010. Por fim, também pode-se utilizar o SML entre ambos os países para: aposentadorias e pensões, além de demais transferências unilaterais correntes descritas no Anexo V da Circular nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013.

Posteriormente, em 2014, o BCB firmou um segundo acordo bilateral, este com o BCU, por meio do Circular nº 3.734, de 26 de novembro de 2014. Este acordo expandiu a rede do SML para incluir o Uruguai, reforçando a capacidade de pagamento em moeda local e facilitando as transações comerciais entre os dois países. Esse acordo foi fundamental para

fortalecer a integração econômica e proporcionar uma alternativa mais acessível às pequenas e médias empresas, que anteriormente dependiam do dólar.

Já em 2015, o Paraguai aderiu ao sistema, com um acordo firmado entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central do Paraguai. Este acordo ampliou ainda mais o escopo do SML, permitindo que as transações entre os dois países fossem realizadas diretamente em reais e guaranis. Esse avanço foi importante, considerando o fluxo comercial crescente entre o Brasil e o Paraguai, particularmente em setores como o de energia, principalmente em função da Usina de Itaipu, e agricultura, com aparelhos para colheita, adubos, óleos, dentre outros sendo trocados entre os países em uma lógica de constante crescimento anual. De acordo com dados da Câmara de Comércio Brasil-Paraguai de 2016, o Brasil representa 24% das importações paraguaias, com o Mercosul como um todo representando 44% delas. Para exportações, o número é parecido, sendo 39% delas para apenas o Brasil, e 49% para todo o Mercosul. (Ministério das Relações Exteriores, 2016). O SML entre Brasil e Paraguai segue a mesma lógica dos acordos anteriores, buscando minimizar a dependência do dólar e fortalecer o comércio intra-regional.

Com relação aos acordos e convênios com o Banco Central do Paraguai, para que entrem em operação são necessárias as seguintes normas, que ainda se encontram em fase de elaboração: Circular (âmbito interno) e Regulamento Operacional. Em se tratando da aplicabilidade do SML, observa-se que são aplicáveis às operações de até 360 dias após emitidos os documentos, garantindo um longo prazo para os usuários, em contrapartida, isso também pode significar morosidade e burocratização.

Os acordos bilaterais têm sido uma ferramenta importante para a integração econômica entre os membros do Mercosul, estabelecendo regras para facilitar as transações comerciais sem a necessidade de recorrer ao dólar ou a outras moedas fortes para liquidações internacionais. Sendo assim, deve-se notar que o processo continua em constante expansão e aperfeiçoamento, o que faz com que exista a grande possibilidade da criação de novos acordos que discorram sobre os pontos que ainda precisam ser regulamentados.

No caso do Paraguai e do Uruguai, por conseguinte, os dois países formalizaram a implementação do SML ainda recentemente, em 2019 e 2021, com a expectativa de fomentar as trocas comerciais por meio de suas respectivas moedas nacionais, facilitando os fluxos de pagamento e a redução de custos de conversão cambial. (Banco Central do Uruguai, 2021). Cada um desses acordos é único e depende das necessidades e da estrutura financeira de cada país. Além disso, há um esforço conjunto para garantir que o SML seja um mecanismo

confiável e transparente, utilizando de plataformas digitais para garantir a eficiência das operações.

Já no caso da Argentina e Paraguai, o acordo permite o uso das respectivas moedas nacionais para transações comerciais, que são liquidadas através dos bancos centrais de ambos os países. Esses acordos são fundamentais para reduzir a dependência do dólar e estimular o comércio regional, o que está alinhado com o objetivo geral do SML de promover uma maior integração financeira e comercial dentro do Mercosul. Isso é alcançado por meio de arranjos legais que permitem que os bancos centrais facilitem os pagamentos em moeda local, promovendo assim uma maior autonomia econômica e uma integração regional mais profunda. (Banco Central da República Argentina, 2021). Além dos acordos bilaterais, o Sistema depende de outras estruturas para funcionar corretamente.

Os convênios entre Argentina e Uruguai, e Argentina e Paraguai, seguem moldes semelhantes aos acordos que o Brasil mantém com estes países. O intuito é fomentar o comércio, reduzir o risco de exposição cambial e aumentar a integração econômica regional. No caso específico de Argentina e Uruguai, o sistema permite a utilização das respectivas moedas locais para o comércio de bens, serviços e até remessas de dinheiro por pessoas físicas. Esse mecanismo simplifica as operações comerciais e financeiras e estimula uma maior participação econômica entre os dois países. As regras e taxas de conversão são semelhantes às que foram descritas nos acordos do Brasil com outros países, com base na taxa de câmbio do SML⁵, e também dispensam a obrigatoriedade de contratos de câmbio. (Banco Central de la República Argentina, 2024).

Um detalhe a ser destacado nos acordos envolvendo a Argentina e o Paraguai é que eles permitem não apenas a comercialização de bens, mas também o envio de recursos financeiros entre pessoas físicas, facilitando também operações não obrigatoriamente comerciais. Assim como nos outros casos, o sistema não impõe limites mínimos ou máximos para as transações, o que o torna uma ferramenta flexível para empresas de diferentes tamanhos e para indivíduos. Esse foco na facilitação de transações para pequenas e médias empresas é destacado como um dos principais incentivos para a adesão ao SML. O Paraguai e o Uruguai também firmaram um acordo similar, visando às mesmas vantagens de eficiência e integração econômica. (Banco Central de la República Argentina, 2024).

⁵ A taxa de câmbio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) é determinada diariamente mediante a conversão indireta entre as moedas dos países participantes, utilizando como referência: (i) a cotação PTAX (BRL/USD) divulgada pelo Banco Central do Brasil; e (ii) a taxa de câmbio oficial do banco central do país parceiro. Ressalta-se que os bancos centrais atuam estritamente como facilitadores institucionais das operações, não assumindo posição cambial ou riscos de mercado. (Banco Central do Brasil, 2023).

Nesse sentido, existe a estrutura monetária, a qual desenvolve o grande princípio do SML: operar sem a intermediação de moedas estrangeiras, como o dólar. As transações são realizadas diretamente nas moedas dos países envolvidos, como o real (Brasil), o peso argentino, o guarani e o peso uruguaio. Isso implica a conversão direta das moedas locais com base nas taxas de câmbio oficiais divulgadas diariamente pelos bancos centrais de cada país participante, as quais são convertidas na Taxa SML⁶. Essa autonomia monetária é central para o Sistema, pois reduz os custos e as volatilidades associadas à conversão para uma moeda forte e evita flutuações cambiais externas. Além disso, a possibilidade de se fixar a taxa de câmbio no início das transações proporciona maior previsibilidade aos comerciantes, e neste sentido a previsibilidade significa segurança e confiança, o que é uma grande vantagem apresentada pelo SML. (Banco Central do Brasil, 2024).

O funcionamento do SML também depende da participação ativa das instituições bancárias dos países envolvidos. Nesse sentido, estas instituições atuam como intermediárias entre os agentes econômicos, ou seja, os exportadores e importadores, e os bancos centrais. Os bancos comerciais são responsáveis pela operacionalização das transações, operam desde o recebimento das ordens de pagamento até o crédito final nas contas dos beneficiários. Os bancos centrais dos Estados, por sua vez, possuem o papel de garantir o cumprimento das obrigações entre as partes envolvidas, compensando os saldos de pagamento em moeda local ao final de um período estipulado em contrato.

Como denotam Gremaud e Nunes (2017) o SML tem demonstrado resultados bastante inconclusivos entre o Brasil e a Argentina. Existe um alto índice de flutuação entre os volumes que são trocados, flutuações essas que acompanham as mudanças de clima político em ambos os países, sendo um desafio a ser perpassado por toda a região. A responsabilidade dos países envolvidos vai além das suas capacidades tecnológicas ou de pessoal qualificado, mas também estão diretamente relacionadas com as divergências e convergências tanto políticas quanto econômicas.

Ademais, do ponto de vista tecnológico, o SML exige uma infraestrutura robusta e complexa de *softwares* para interconectar os sistemas dos Bancos Centrais e das instituições financeiras. A plataforma tecnológica do SML permite o processamento de pagamentos de maneira rápida e segura, garantindo que as transações sejam concluídas com baixo risco e em

⁶ “O valor da Taxa SML é a razão entre a taxa média de fechamento da PTAX (cotação do real em relação ao dólar) para compra e para venda e a taxa de câmbio de referência da outra moeda em relação ao dólar americano. A taxa de câmbio de referência da outra moeda é aquela divulgada pelo Banco Central do outro país envolvido na operação.” (Banco Central do Brasil, 2024)

tempo hábil, a fim de não causar contratemplos. O desenvolvimento de sistemas de integração bancária específicos para o SML busca garantir a interoperabilidade entre os diferentes sistemas financeiros dos países participantes, isto é, uma conexão entre estes diferentes sistemas com a menor taxa de erros e desencontros possível. A centralização das operações em um sistema único controlado pelos bancos centrais também facilita o monitoramento de riscos, além da supervisão das transações.

Além da infraestrutura tecnológica mencionada, é fundamental destacar que o *software* que suporta o SML envolve sistemas de integração digital considerados altamente seguros, projetados para facilitar a troca de informações entre os bancos centrais dos países participantes — com o intuito de garantir a cibersegurança. Esse tipo de *software* de integração financeira é desenvolvido com protocolos de segurança da informação que garantem a privacidade dos dados das transações, a fim de evitar fraudes, além de promover o monitoramento em tempo real de todas as operações realizadas. Essa característica é essencial, pois envolve transações internacionais que podem estar sujeitas a riscos de variação cambial e outras ameaças financeiras. (Banco Central do Brasil, 2024).

Outro aspecto importante a ser destacado é o uso de ferramentas de processamento de dados em grandes volumes, as quais são necessárias para lidar com as diversas transações simultâneas em tempo real que ocorrem com o uso do sistema. O uso de tecnologia de criptografia de ponta garante que as informações bancárias e os dados das transações sejam protegidos ao longo de todo o processo, desde o informe de pagamento, até o recebimento da quantia final. Sistemas robustos de contabilidade e auditoria automática também são implementados no SML para garantir que todas as transações estejam em conformidade com as regulamentações internacionais e nacionais, de modo a evitar discrepâncias financeiras e assegurar a confiança dos participantes — pessoas civis ou jurídicas — no sistema. (Banco Central do Brasil, 2024).

Ademais, a centralização da plataforma em um sistema único facilita a supervisão dos bancos centrais sobre todas as operações e permite a integração com outras plataformas bancárias internacionais, como o SWIFT, caso seja necessário. Mesmo que o foco principal do SML seja o uso de moedas locais nas transações dentro do Mercosul, essa interoperabilidade com sistemas bancários globais assegura que o SML possa coexistir e interagir com outras formas de pagamento internacionais, promovendo uma maior flexibilidade nas transações econômicas regionais e internacionais. Dessa forma, o SML também contribui para a modernização e digitalização do sistema financeiro regional como um todo. (Banco Central do Brasil, 2024).

No SML, o fluxo de transações é simples e direto, ou seja, o exportador recebe o pagamento em sua moeda local, enquanto o importador paga em sua moeda. As ordens de pagamento passam pelo banco comercial, que se conecta ao banco central local. O banco central credita o valor correspondente na moeda do país de destino. Esse processo envolve uma compensação interbancária bilateral entre os bancos centrais participantes, o que garante a execução do pagamento sem a necessidade de intermediação de terceiros ou moedas estrangeiras. Tal simplificação do processo é um dos maiores atrativos do SML. (Banco Central do Brasil, 2024).

A interoperabilidade entre os sistemas bancários de ambos os países é um componente crucial do SML, ocorrendo por intermédio de sistemas de compensação bancária que permitem a liquidação rápida e segura das transações. As bases legais para esses acordos, assim como os detalhes operacionais de cada um, são definidas bilateralmente entre os bancos centrais dos países envolvidos. É importante notar que, embora todos os países participantes sigam as mesmas diretrizes gerais para o funcionamento do SML, cada acordo bilateral pode ter pequenas variações dependendo das necessidades específicas das economias envolvidas. Esses acordos demonstram uma tentativa dos países do Mercosul de alcançar maior autonomia monetária e reduzir sua dependência do dólar, promovendo, assim, uma maior integração econômica regional por meio de políticas e infraestruturas financeiras mais unificadas.

De acordo com dados disponíveis até 2023, o SML movimentou cerca de R\$5 bilhões em transações entre os países participantes. Este número representa uma crescente adesão ao sistema, principalmente nas trocas comerciais entre Brasil e Argentina, que lideram as transações via SML. O valor médio das transações realizadas no SML tem mostrado um aumento gradual, com médias que variam de R\$50 mil a R\$100 mil por operação, dependendo do tipo de comércio e da relação entre as empresas. Isso demonstra que o SML está sendo utilizado tanto por grandes corporações quanto por pequenas e médias empresas, facilitando as trocas comerciais na região. (Banco Central do Brasil, 2024.)

Em 2021, as transações do SML cresceram 40% em relação ao ano anterior, refletindo um aumento no interesse e na confiança no sistema. As operações realizadas em 2020 totalizavam aproximadamente R\$1,2 bilhões, enquanto em 2021 esse número saltou para cerca de R\$1,68 bilhões. (Banco Central do Brasil, 2024). Ainda assim, observa-se um efeito de sanfona entre os anos anteriores. Nos gráficos abaixo, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, é possível observar como o número de transações ainda é muito volátil, mesmo com meses de crescimento, ainda não se tem uma curva de crescimento positiva e sólida.

Gráfico 1: Número e montante de exportações por mês do Brasil à Argentina de janeiro de 2019 até janeiro de 2025.

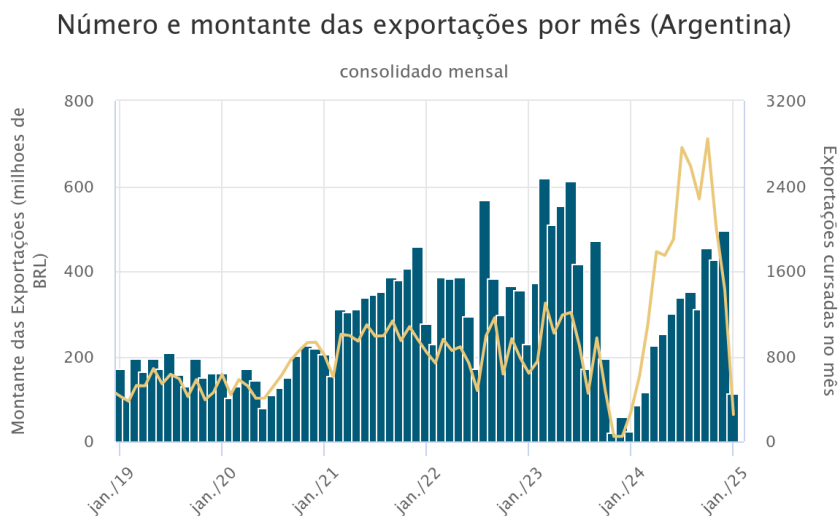


Gráfico 1. Fonte: Banco Central do Brasil. Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

Ao analisar o gráfico 1, o qual desenvolve sobre as exportações do Brasil para a Argentina, é possível inferir que o montante das exportações (barras verticais) mostra uma tendência de crescimento constante até o início de 2024, com um aumento acentuado próximo a esse período, havendo uma queda significativa dessa tendência ao final de 2023. Porém, é importante afirmar que esta análise está sendo feita durante o mês de janeiro de 2025, o que impede que os dados estejam acurados como os dos anos que já passaram, visto que o mês ainda corre.

Nestes gráficos a linha amarela indica o número de exportações realizadas no período, a quais apresentam oscilações regulares evidenciando um efeito sanfona. Essas variações podem refletir fatores sazonais, econômicos, políticos ou comerciais. Tais fatores serão abordados em maiores detalhes na próxima seção. Algo a ser notado, entretanto, é o fato de que em alguns períodos, o aumento do valor das exportações parece estar alinhado com o aumento no número de exportações, logo, podemos sugerir que ambos podem ser impulsionados por um aumento geral da atividade comercial. Existem momentos, contudo, em que o montante cresce, mas o número de exportações não segue proporcionalmente, indicando que os valores unitários das exportações podem ter aumentado.

Gráfico 2: Número e montante de exportações por mês do Brasil ao Paraguai de janeiro de 2019 até janeiro de 2025.

Número e montante das exportações por mês (Paraguai)

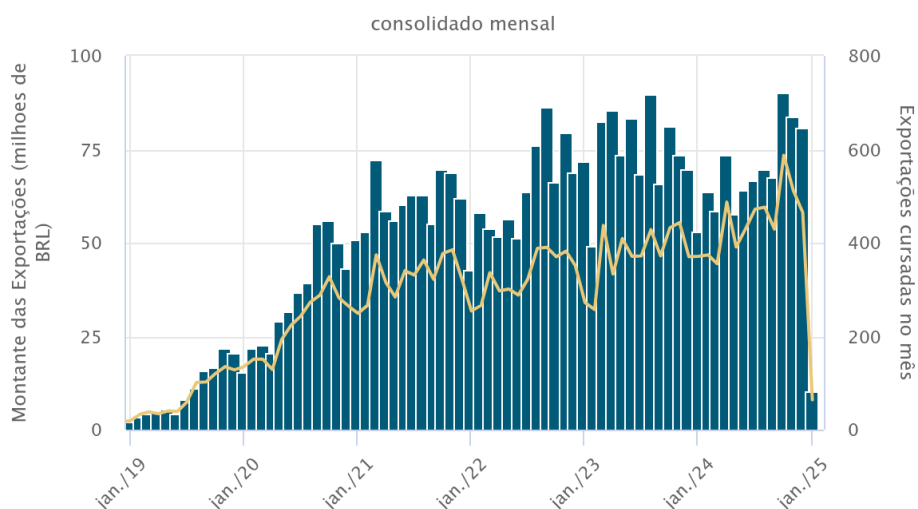


Gráfico 2. Fonte: Banco Central do Brasil. Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

Já no segundo gráfico, o qual evidencia o número e montante das exportações por mês do Brasil para o Paraguai, encontra-se tendências relacionadas com as argentinas. Logo, assim como no anterior, o montante das exportações do Paraguai — barras — cresce de forma consistente até meados de 2024, atingindo picos elevados antes de cair drasticamente no início de 2025. É possível inferir que a queda para 2025 seja de grande significância em função do momento em que está sendo feita a presente análise, assim como ocorre com o gráfico 1.

Assim como no primeiro gráfico, a linha amarela representa o número de exportações, porém neste caso ela apresenta variações mensais mais regulares, o que pode sugerir um impacto sazonal ou oscilações comerciais. Muito embora exista um alinhamento geral, o montante das exportações do Paraguai apresenta um crescimento mais acentuado do que o número de exportações, especialmente nos períodos de pico, o que pode indicar um aumento no valor médio das transações.

É importante notar que o montante das exportações da Argentina é substancialmente maior do que o do Paraguai em termos absolutos, o que reflete a diferença no volume comercial entre os dois países com o Brasil. Contudo, o número de exportações do Paraguai apresenta flutuações menos bruscas quando comparado ao da Argentina, o que sugere maior estabilidade em seu perfil comercial.

Gráfico 3: Número e montante de exportações por mês do Brasil ao Uruguai de janeiro de 2019 até janeiro de 2025.

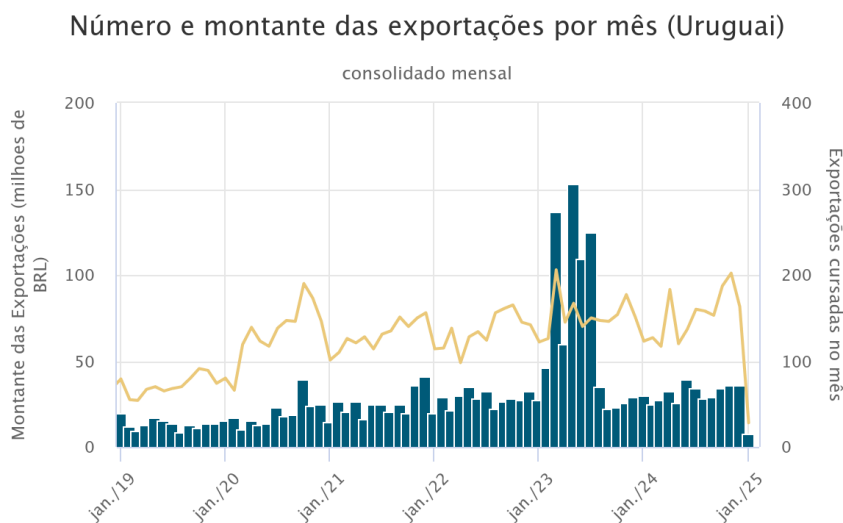


Gráfico 3. Fonte: Banco Central do Brasil. Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

Por fim, o terceiro gráfico apresenta as relações do número e montante das exportações por mês do Brasil para o Uruguai. Este gráfico é um dos mais interessantes, visto que se mostra bastante diferente do padrão observado nos dois anteriores. Diferentemente dos gráficos da Argentina e Paraguai, o montante das exportações do Uruguai, representado pelas barras azuis, apresenta um crescimento moderado até 2022, seguido de um aumento acentuado em 2023 e, logo depois, uma rápida queda.

A linha amarela, a qual representa o número de exportações, é consideravelmente mais estável do que nos outros gráficos. Há picos significativos em 2020 e 2023, porém estes picos não correspondem exatamente ao aumento no montante, o que pode indicar uma variação no valor médio das exportações. Sendo assim, enquanto o montante das exportações do Uruguai raramente ultrapassa os 150 milhões de BRL, os montantes da Argentina e do Paraguai alcançam valores superiores a 700 milhões e 100 milhões, respectivamente.

É importante ter em mente alguns fatores sobre o Uruguai os quais o diferenciam dos outros países mencionados. Primeiramente, o Uruguai possui um tamanho geográfico e populacional reduzido, o que influencia na sua economia e montantes transacionados. Além disso, o país possui uma dependência de produtos ou mercados específicos, que tornam as exportações mais suscetíveis a choques econômicos. Além disso, possíveis políticas comerciais específicas ou restrições locais que existam podem ter a capacidade de limitar as capacidades comerciais do Uruguai em relação aos seus vizinhos no Mercosul.

Em suma, de modo geral, os três gráficos foram capazes de mostrar algumas peculiaridades das transações em SML entre os mercosulinos. Observa-se, principalmente, que as exportações uruguaias apresentam maior estabilidade no número de transações ao longo do tempo, enquanto Paraguai e Argentina exibem curvas menos estáveis. Já o gráfico

do Uruguai apresenta picos acentuados em 2023 que não encontra paralelo nos gráficos da Argentina e do Paraguai, sugerindo fatores específicos do comércio bilateral Brasil-Uruguai naquele período.

Com base nas estatísticas apresentadas, observa-se que o uso do SML reflete não apenas questões técnicas, mas também escolhas políticas e estratégicas. A seguir, será analisado o contexto político dos países membros à época da criação do sistema, buscando compreender as motivações e objetivos de longo prazo que sustentaram essa iniciativa. Também serão discutidos os fatores políticos que influenciaram a continuidade ou os limites do SML até o momento atual, considerando a inter-relação entre decisões econômicas e contextos domésticos e internacionais.

2.2 Contexto político: o SML é filho do seu tempo

No Brasil, o lançamento do SML ocorreu em um contexto de estabilidade econômica e fortalecimento da política externa sul-americana. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), o país passou por um ciclo de crescimento econômico, ampliação do mercado interno e políticas de inclusão social. Paralelamente, buscava-se consolidar a posição regional do Brasil por meio da integração econômica, redução da dependência do dólar e valorização das moedas locais. A política externa adotada nesse período era marcada por uma postura mais assertiva, com foco na autonomia regional e em iniciativas integracionistas como o SML, alinhadas à agenda de desdolarização e fortalecimento do Mercosul (Vigevani; Júnior, 2014).

A criação do SML, em 2008, refletia essa estratégia: mais do que uma ferramenta técnica, era um instrumento político que reforçava a liderança do Brasil e sua aposta em uma ordem econômica regional menos vulnerável às flutuações externas. O uso de moedas locais era coerente com a busca por maior soberania econômica e estabilidade financeira regional.

Na época da criação do SML, o Brasil estava sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o qual assumiu o cargo em 2003. A sua administração foi marcada por uma forte ênfase na inclusão social e no fortalecimento da economia nacional, especialmente após um período de crise financeira nos anos 1990. O governo Lula buscou implementar políticas que priorizavam a redução das desigualdades e a ampliação do mercado interno, o que, por conseguinte, fortaleceu os laços comerciais com países vizinhos. Essa visão na política externa brasileira foi fundamental para o apoio à criação de mecanismos de integração regional, como o SML, que visavam reduzir a dependência do dólar.

Além disso, a estratégia de inserção internacional do Brasil durante o governo Lula buscou diversificar parcerias comerciais, não apenas com países desenvolvidos, mas também com economias emergentes da América Latina e outras regiões, e da utilização de moedas locais nas transações. O SML era visto como uma ferramenta estratégica para consolidar essa visão, permitindo que o Brasil exercesse sua liderança regional enquanto fomentava a autonomia econômica dos países do Mercosul.

Por último, a política de aproximação com os vizinhos sul-americanos foi acompanhada por uma postura de liderança em fóruns multilaterais, onde o Brasil se posicionou como defensor da integração regional e do fortalecimento de blocos como o Mercosul. Nesse contexto, o SML não apenas reforçava a interdependência econômica entre os membros do bloco, mas também buscava garantir uma maior estabilidade financeira em uma região marcada por flutuações econômicas. A criação do sistema era, portanto, um reflexo da estratégia mais ampla do Brasil de promover uma nova ordem econômica regional.

A Argentina, por sua vez, enfrentava um cenário de recuperação após a crise econômica de 2001, que deixou o país em recessão profunda e com alta instabilidade social. A partir de 2003, sob o governo de Néstor Kirchner, iniciou-se um processo de reestruturação da dívida, crescimento econômico e fortalecimento da moeda nacional (Gremaud Nunes, 2017). Kirchner adotou uma postura crítica ao FMI e ao papel do dólar na economia argentina, buscando alternativas para ampliar a autonomia nacional e fortalecer o comércio regional.

Nesse contexto, o SML foi bem recebido como um instrumento para reduzir a vulnerabilidade externa e aprofundar a integração com o Brasil e demais países do Mercosul. O sistema se alinhava a uma estratégia mais ampla de soberania econômica e distanciamento das políticas neoliberais anteriores, além de reforçar o compromisso da Argentina com uma nova arquitetura regional (Wylde, 2011).

As políticas de Kirchner também incluíram uma crítica ao neoliberalismo que havia dominado a agenda econômica argentina anteriormente, promovendo uma visão de maior integração regional. A proposta de adotar o SML se alinhava com essa estratégia, uma vez que o sistema possibilitava a realização de transações comerciais sem a intermediação do dólar, favorecendo a autonomia da moeda local. Essa abordagem era vista como uma maneira de reduzir a vulnerabilidade da Argentina às flutuações cambiais e às crises financeiras globais, criando um ambiente mais seguro para o comércio entre os países do Mercosul. (Wylde, 2011).

Por fim, a visão da Argentina sobre a integração regional também envolvia um comprometimento com políticas que reforçassem a soberania econômica. Ao apoiar o SML, o

governo argentino não apenas buscava facilitar o comércio, mas também criar um espaço político em que as economias da região pudessem se proteger mutuamente contra as incertezas do mercado global (Wylde, 2011). Essa perspectiva se mostrava essencial para a Argentina, que buscava não apenas a recuperação econômica, mas também uma redefinição de sua posição dentro do contexto regional e internacional.

Em se tratando do Uruguai na época da criação do SML, o país enfrentava suas próprias dinâmicas políticas e econômicas. O governo do presidente Tabaré Vázquez, que assumiu o poder em 2005, buscava implementar políticas progressistas que promovessem a inclusão social e a melhoria das condições de vida da população. O país estava se recuperando de um período de instabilidade econômica e política nos anos 2000, o que o levou a adotar uma postura mais aberta ao comércio e à integração regional, particularmente com seus vizinhos Brasil e Argentina. (Uval, 2009).

O Uruguai percebia a criação do SML como uma oportunidade de diversificar suas relações comerciais e reduzir a dependência do dólar nas transações internacionais. Com uma economia relativamente pequena e aberta, a possibilidade de realizar transações em moeda local era considerada uma forma de diminuir os riscos associados às flutuações cambiais e melhorar a competitividade das empresas uruguaias no mercado regional. Essa abordagem estava alinhada com a política do governo de promover a cooperação regional e a integração econômica como um meio de fortalecer a posição do Uruguai dentro do Mercosul.

Além disso, o Uruguai tinha interesse em participar ativamente da formação de um espaço econômico mais coeso na América do Sul. A criação do SML representava um passo na direção de uma maior cooperação econômica, não apenas com o Brasil e a Argentina, mas também com outros países da região. Essa visão de integração regional, respaldada por políticas voltadas para o desenvolvimento social e econômico, refletia a intenção do governo uruguaio de posicionar o país como um *player* relevante no cenário sul-americano e de contribuir para a estabilidade e o crescimento da região como um todo.

O Uruguai, sob a presidência de Tabaré Vázquez, caracterizou-se por uma ênfase na integração regional e em políticas sociais que buscavam melhorar as condições de vida da população (Nilson, 2015). O Uruguai buscou posicionar-se como um ator estratégico dentro do Mercosul, promovendo a cooperação econômica e o fortalecimento das relações com seus vizinhos. Essa postura estava alinhada com a ideia de que a integração regional poderia trazer benefícios mútuos, especialmente em um contexto de crescente concorrência global.

O apoio do Uruguai ao SML pode ser visto como uma extensão dessa estratégia, pois a utilização de moedas locais nas transações comerciais era vista como uma forma de mitigar

os riscos associados à dependência do dólar. A partir da implementação do SML, o Uruguai poderia facilitar o comércio com a Argentina e o Brasil, dois de seus principais parceiros comerciais, sem os custos e as flutuações inerentes à conversão de moedas. Essa estratégia permitiu ao Uruguai buscar uma maior autonomia em suas transações comerciais e fortalecer sua posição dentro do bloco.

Adicionalmente, o Uruguai se beneficiou da criação do SML ao abrir novos canais de negociação e possibilitar a ampliação de suas exportações para os países vizinhos. Ao diversificar suas relações comerciais dentro do Mercosul e promover o uso de sua própria moeda, o Uruguai não apenas fortalecia sua economia, mas também se posicionava como um facilitador da integração regional, que era vista como uma solução essencial para enfrentar os desafios econômicos da época (Nilson, 2015). O SML, portanto, representava uma oportunidade para o Uruguai se firmar como um elo vital na cadeia de comércio da região.

Já no contexto do Paraguai, a criação do SML coincidiu com um período de transição política e econômica, marcado pelo fim do governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e a eleição de Fernando Lugo em 2008, que gerou expectativas de mudanças nas políticas de desenvolvimento e integração (Heduvan, 2019). O Paraguai, historicamente afetado por dificuldades estruturais, buscava modernizar sua economia, fortalecer relações com Brasil e Argentina — seus principais parceiros comerciais — e reduzir a dependência do dólar. A adesão ao SML foi vista como um instrumento útil nesse processo, ao permitir transações em moeda local, diminuir riscos cambiais e fomentar o comércio regional.

A adesão ao SML foi vista como uma forma de fortalecer as relações comerciais com o Brasil e a Argentina, que são seus principais parceiros comerciais. Para o Paraguai, a possibilidade de realizar transações em moeda local era crucial, já que o país dependia fortemente das importações e exportações. O SML oferecia a oportunidade de diminuir a dependência do dólar, minimizando os riscos cambiais e incentivando as empresas a operarem mais ativamente no comércio regional.

Adicionalmente, o Paraguai buscava diversificar suas relações comerciais e ampliar sua presença no mercado sul-americano. A criação do SML foi um passo significativo nesse sentido, pois permitiu que o país participasse de um sistema que favorecia a integração e a colaboração econômica entre os membros do Mercosul. A estratégia política do Paraguai, alinhada com os objetivos de autonomia econômica, refletiu uma tentativa de garantir maior estabilidade e crescimento econômico a longo prazo dentro do contexto da integração regional.

A adesão ao SML também se mostrava relevante para o Paraguai, o qual historicamente enfrenta desafios relacionados à sua economia informal e à falta de recursos financeiros para impulsionar o comércio formal (Masi, 2023). Com a implementação do sistema de pagamentos em moeda local, o Paraguai poderia facilitar transações comerciais com a Argentina e o Brasil, promovendo uma maior formalização de sua economia. Essa estratégia era crucial para o país, que buscava estimular o crescimento econômico e melhorar as condições de vida da população.

Dessa forma, a introdução do SML também representava uma oportunidade de reduzir a vulnerabilidade do Paraguai frente a crises externas, ao promover maior controle sobre transações comerciais e incentivar a formalização econômica (Masi, 2023). Para o país, integrar-se mais profundamente ao comércio regional era um passo estratégico em direção à estabilidade financeira e ao desenvolvimento sustentável, especialmente para pequenas e médias empresas.

No caso da Venezuela, embora não tenha sido um dos países fundadores do SML, sua política externa sob o governo de Hugo Chávez, durante a década de 2000, teve implicações significativas para a dinâmica de integração no Mercosul. Chávez promoveu uma agenda de integração regional que enfatizava a solidariedade entre os países latino-americanos e o desafio à hegemonia dos Estados Unidos. (Oliveira, 2012). Sua administração buscou fortalecer os laços com os países vizinhos e diversificar as relações comerciais, o que alinhava com a proposta do SML.

A Venezuela via a criação do SML como uma oportunidade para promover o uso do bolívar nas transações regionais, assim como uma estratégia para reduzir a dependência do dólar. O governo de Chávez enfatizou a importância de construir um novo modelo de cooperação econômica que desafiasse a ordem monetária tradicional dominada pelas potências ocidentais. (Oliveira, 2012). A proposta do SML se encaixava nesse quadro mais amplo de resistência à influência dos EUA e promoção da autonomia econômica na América do Sul.

Além disso, a agenda política da Venezuela⁷ buscava não apenas a integração econômica, mas também a construção de um bloco regional que pudesse atuar como um

⁷ A Venezuela foi suspensa do MERCOSUL em 1º de dezembro de 2016, com base no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, devido à "ruptura da ordem democrática" no país. A decisão foi aprovada pelos Estados Partes (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), que consideraram não haver medidas suficientes para garantir direitos democráticos. A suspensão impediu a participação venezuelana nos órgãos decisórios do bloco. (Brasil, 2016). Vale destacar que a Venezuela, mesmo suspensa do MERCOSUL, continuou integrada ao Sistema Unitário de Compensação Regional (SUCRE) – mecanismo de pagamentos em moedas locais criado pela ALBA em 2008 para reduzir o uso do dólar em transações intrabloco. (Equador, 2010).

contrapeso às políticas unilaterais dos países centrais. (Oliveira, 2012). A adesão ao SML poderia facilitar essa integração e permitir que a Venezuela participasse ativamente das trocas comerciais na região, utilizando uma moeda que refletisse sua soberania. Assim, a criação do SML, mesmo que indiretamente, era parte de uma visão mais ampla de um Mercosul forte e autônomo, capaz de responder às dinâmicas de poder global de forma conjunta.

Com esse histórico em mente, é importante lembrar que, antes da criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), o Mercosul enfrentava um cenário de fragilidade econômica, dependência do dólar e vulnerabilidade frente a crises externas. Nesse contexto, o SML surgiu não apenas como uma inovação técnica, mas também como um instrumento político voltado à integração regional. A seguir, serão analisados os principais avanços e desafios desse sistema desde sua implementação.

O Mercosul sofreu com diversos cenários globais, assim como domésticos dos seus Estados-partes. A crise de 2008, os impeachments ocorridos nos países e a pandemia da COVID-19 foram impactos que esvaziaram o projeto original, deixando o grupo com cada vez mais dificuldades em construir um projeto de integração. (Mariano e Menezes, 2021). É possível desenvolver um resumo das diversas adversidades que ocorreram com o Mercosul e seus países entre os anos de 2008 e 2025, tomando como base 2008 pois foi o ano que precedeu a criação do SML.

Logo, já em 2008, ocorreu a crise financeira global, a qual foi muito prejudicial aos membros do Mercosul. A Argentina, já lidava com dificuldades financeiras, então com a crise passou a lidar com uma maior inflação e desemprego. Já o Brasil estava em um período de crescimento econômico, porém, as trocas e a produção industrial foram afetadas, pois a crise fez a economia diminuir seu ritmo. Já no Uruguai e no Paraguai foi possível observar efeitos negativos, contudo, em uma extensão menor que nos dois primeiros. Sendo assim, observou-se a necessidade de melhores políticas econômicas e de integração regional para mitigar as vulnerabilidades mercosulinas.

No ano de 2014 as relações do Mercosul foram marcadas pelos eventos que se deram no Brasil, envolvendo escândalos de corrupção e as elites locais. Ao mesmo tempo, os preços das commodities decaíram, o que enfraqueceu as organizações econômicas e contribuiu para diversas recessões entre os países da região. (Council of Foreign Relations, 2024).

Em 2020, com o advento da pandemia da Covid-19, os PIBs mercosulinos caíram, em média, 7 pontos percentuais e o retorno tem sido lento e gradual, visto que as inflações continuam altas. Adicionando a isto, os níveis de pobreza e desigualdade aumentaram nos países, e diversas discussões surgiram principalmente com relação ao gerenciamento do

presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) do Brasil durante a pandemia, sendo criticado interna e externamente por não dar a devida importância ao vírus, transformando o Brasil em um dos países que mais sofreu com a pandemia mundial. (Council of Foreign Relations, 2024).

Além disso, atualmente existem diversas divisões políticas internas entre os membros. Sendo assim, o posicionamento brasileiro, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026) é sobre a modernização do bloco, trazendo a intenção de permitir trocas bilaterais com países de fora do bloco de forma isolada. Já o antigo presidente argentino, Alberto Fernández (2019-2022), era contra essa proposta e seu sucessor, Javier Milei (2023-2026), em sua campanha e no início de seu mandato fazia ameaças de retirar a Argentina do bloco, além de pedir uma maior autonomia para os países participantes. (Council of Foreign Relations, 2024).

Enquanto isso ocorria, o Uruguai estava tentando criar uma zona de livre-comércio com a China, o que criou uma tensão com seus colegas mercosulinos. Já em 2024, se concretizou a adesão da Bolívia ao bloco, contudo, o país passa por uma crise econômica, o que pode não ser particularmente benéfico ao bloco e suas relações internas. Muitas das políticas do bloco são deveras protecionistas, o que atrapalha no desenvolvimento de cadeias de valor que integre o que os países do Mercosul podem agregar uns aos outros. (Council of Foreign Relations, 2024).

Além disso, é imprescindível que lembremos da participação da China nas economias mercosulinas. Mesmo que ainda não exista uma zona de livre-comércio entre a China e o Mercosul, a China afirma que pretende aumentar as trocas bilaterais com os países sul-americanos, além disso, o Presidente Lula do Brasil está de acordo com os investimentos chineses no país. Ademais, a Argentina e o Uruguai são participantes da Iniciativa do Cinturão e Rota chinesa, o maior programa de infraestrutura do mundo contemporâneo. (Council of Foreign Relations, 2024).

2.3 Desafios e avanços do SML

Desde sua implementação, o SML apresentou diversas vantagens tanto para os países participantes quanto para empresas e cidadãos. Em especial, destaca-se a redução dos custos de transação, já que ao permitir operações em moeda local, o sistema elimina a necessidade de conversão para o dólar americano, o que frequentemente implica taxas adicionais nas operações de câmbio e margens de lucro das instituições financeiras. Essa economia é especialmente relevante para pequenas e médias empresas, que tendem a ser mais sensíveis às

flutuações cambiais, permitindo que reinvestam os recursos em suas próprias atividades e estimulem o desenvolvimento econômico regional.

Nesse sentido, como destaca Bianca Orsi em entrevista, “o SML tem sido fundamental para pequenas empresas que antes enfrentavam barreiras cambiais, permitindo-lhes competir em igualdade no mercado regional” (Orsi, 2025, informação verbal).

Outro aspecto positivo do SML é a promoção da autonomia monetária dos países participantes. Em um contexto em que a hegemonia do dólar americano é predominante, a capacidade de transacionar em moeda local pode oferecer uma maior liberdade econômica e política. Países que adotam o SML podem reduzir a dependência do dólar, o que lhes permite ter mais controle sobre suas políticas monetárias e fiscais. Isso é particularmente relevante em tempos de incerteza econômica global, onde flutuações nas taxas de câmbio geralmente têm impactos significativos nas economias locais. A utilização do SML pode, portanto, ser vista como uma estratégia de desdolarização que fortalece a soberania econômica dos países membros.

Em se tratando de vantagens e desvantagens para o uso do SML, o Banco Central do Brasil afirma que

O SML possibilita a execução de pagamentos expressamente previstos nesses Convênios nas respectivas moedas locais. Assim, não há a necessidade de se realizar as operações de câmbio moeda local-dólar e dólar-moeda local, nos pagamentos e recebimentos. A Taxa SML será, teoricamente, mais favorável aos agentes, pois é formada pelas taxas interbancárias, normalmente utilizada em operações de alto valor.

Também poderão ser simplificados os procedimentos realizados por remetentes e destinatários em relação a sua necessidade de operacionalização com o dólar americano. Dessa forma, espera-se redução de custo das transações, tanto financeiros como administrativos. (Banco Central do Brasil, 2024).

No entanto, as desvantagens também devem ser consideradas. Um dos principais desafios enfrentados pelo SML é a volatilidade nas taxas de câmbio entre as moedas locais. Embora o sistema tenha sido projetado para facilitar transações, flutuações abruptas nas taxas de câmbio podem criar incertezas para as empresas que negociam em moeda local. Isso pode levar a uma hesitação e insegurança na adoção do sistema, especialmente entre empresas que operam em mercados internacionais e estão acostumadas à estabilidade proporcionada pelo uso do dólar. Para mitigar esse risco, é essencial que os países participantes implementem políticas monetárias sólidas e mantenham uma comunicação transparente sobre suas economias, o que demanda planejamento a longo prazo e metas bem definidas.

Além disso, no que se refere aos processos operacionais, o SML pode representar um desafio para o treinamento de pessoal e o funcionamento das instituições financeiras. Isso se

deve ao fato de o sistema operar com uma taxa fixa cobrada do remetente da transação, entre outras particularidades que o distinguem dos sistemas tradicionais, com os quais os técnicos já estão habituados e treinados para lidar.

Ademais, a gestão de risco é um dos maiores percalços no processo, já que flutuações abruptas nas taxas de câmbio podem afetar o valor das transações, e mesmo que não necessite da compra do dólar para transacionar, a taxa SML baseia-se no preço do dólar. Além disso, a dependência de um sistema centralizado gerido pelos bancos centrais exige uma coordenação eficiente e coordenada, assim como a manutenção constante de um software atualizado para evitar fraudes ou falhas. É importante ter em mente que o SML ainda é relativamente novo, e a adesão dos países pode ser limitada pela confiança dos agentes econômicos no sistema e pela estabilidade — ou instabilidade — macroeconômica das nações participantes.

É importante ressaltar, entretanto, que essas flutuações são ainda mais presentes ao se utilizar diretamente o dólar, ou seja, quando ele é comprado e transferido pela moeda local. Ao utilizar o sistema SML o contrato já estipula o valor em moeda local que o recebedor irá receber, não sofrendo com altas flutuações de câmbio. Porém, o pagador pode sofrer com a flutuação da taxa SML, ainda assim, o Sistema é uma tentativa de evitar flutuações mais abruptas e garantir maior segurança para aqueles envolvidos.

A gestão de riscos no contexto do SML é uma questão multifacetada que envolve não apenas as flutuações das taxas de câmbio, mas também a necessidade de mitigar riscos operacionais e de crédito. Em um ambiente onde a moeda local é utilizada em transações internacionais, a oscilação das taxas de câmbio pode provocar incertezas sobre o valor real das transações, afetando tanto exportadores quanto importadores, trazendo insegurança. Assim, é crucial que os bancos centrais e as instituições financeiras desenvolvam estratégias robustas de gestão de risco que incluam ferramentas de hedge e seguros contra flutuações cambiais. Para construir a confiança necessária para aumentar a adesão ao SML, a transparência na comunicação e a divulgação de informações sobre a saúde financeira e as políticas monetárias dos países envolvidos devem ser divulgadas.

Além das flutuações cambiais, o SML deve lidar com riscos operacionais associados à implementação e manutenção de sua infraestrutura tecnológica. A dependência de um sistema centralizado implica que qualquer falha no software ou na conectividade pode comprometer a execução de transações. Portanto, a atualização constante desse software, assim como o treinamento de pessoas especializadas e a realização de testes regulares de estresse são fundamentais para garantir a resiliência e confiabilidade do sistema. As instituições

participantes precisam estar preparadas para responder rapidamente a incidentes e ter planos de contingência adequados para minimizar interrupções no serviço.

Outro desafio a ser considerado é a questão da cibersegurança. A natureza interconectada do SML o torna um alvo potencial para ataques cibernéticos, que podem comprometer não apenas as transações, mas também a confiança dos usuários no sistema. Portanto, se faz necessária a implementação de medidas de segurança cibernética eficazes, como criptografia avançada, autenticação multifatorial e monitoramento constante das redes, é imprescindível para proteger as informações sensíveis e garantir a operação segura do SML.

Além disso, a adesão ao SML pode ser limitada quando os agentes econômicos percebem de diferentes formas a macroeconomia dos países participantes. Logo, países que enfrentam crises econômicas, altas taxas de inflação ou instabilidade política podem ter dificuldades em convencer empresários e investidores a utilizar o sistema. Assim, é fundamental que os países membros trabalhem em conjunto para promover um ambiente econômico estável e favorável que inspire a confiança no uso do SML. Para isso, pode-se incluir o fortalecimento de políticas monetárias e fiscais, bem como a criação de mecanismos de cooperação econômica entre os países.

Adicionalmente, a falta de conhecimento e compreensão sobre como o SML funciona também pode ser uma barreira para a sua adesão. Muitas empresas, especialmente as pequenas e médias, podem não estar familiarizadas com os benefícios e o funcionamento do sistema, o que também é fruto do uso de palavras muito rebuscadas na comunicação especializada, assim como do alto nível de burocratização dos processos. Campanhas de conscientização e treinamentos direcionados podem ajudar a educar os empresários sobre as vantagens do SML, como a redução de custos de transação e a proteção contra a volatilidade do dólar, incentivando uma maior utilização do sistema.

Embora o SML represente uma oportunidade significativa para a integração econômica e financeira entre os países do Mercosul, sua eficácia a longo prazo depende diretamente da capacidade dos governos e das instituições financeiras de abordarem esses desafios de forma coordenada, cooperando. A criação de um ambiente de cooperação e confiança mútua, juntamente com a gestão proativa dos riscos, é essencial para o sucesso do SML e para a promoção de um comércio mais dinâmico e sustentável entre os países participantes.

A confiança no SML também pode ser afetada pela percepção da estabilidade econômica dos países participantes. Países que enfrentam crises políticas ou econômicas podem ter dificuldades em convencer empresários e investidores a utilizarem o sistema. Essa

falta de confiança pode resultar em uma adoção limitada do SML e em um impacto reduzido em termos de volume de transações. Portanto, é crucial que os governos dos países membros trabalhem juntos para promover a estabilidade econômica e política, garantindo que os agentes econômicos se sintam seguros ao realizar transações por meio do SML.

Outro ponto a ser considerado é a complexidade da infraestrutura tecnológica necessária para o funcionamento do SML. A interconexão entre os sistemas dos bancos centrais e das instituições financeiras exige investimentos significativos em tecnologia e segurança cibernética. Esses custos podem ser um obstáculo para países menores ou em desenvolvimento que desejam eventualmente participar do sistema. Sem uma infraestrutura tecnológica forte e robusta, a eficiência e a segurança das transações podem ser comprometidas, o que pode, por sua vez, afetar a confiança dos usuários e a eficácia do SML como um todo.

Essa realidade também foi apontada por Bianca Orsi, que afirmou: “a adaptação dos bancos comerciais ao SML exigiu investimentos significativos em treinamento, o que ainda é um entrave para a adesão em larga escala” (Orsi, 2025, informação verbal).

Complementando essa perspectiva, é importante destacar que a adesão ao SML pode exigir mudanças significativas nas práticas comerciais e nas regulamentações locais. As empresas que tradicionalmente operam em um ambiente dolarizado podem precisar se adaptar a novas dinâmicas e procedimentos. Isso pode incluir a necessidade de reestruturação de contratos, treinamento de pessoal e a implementação de novos processos. O custo e o tempo associados a essa transição podem ser desafiadores, especialmente para pequenas empresas que podem não ter os recursos necessários para realizar essas mudanças de forma rápida.

Por último, é importante destacar que o SML não opera isoladamente, mas sim dentro de um contexto mais amplo de integração econômica regional. As interações entre os países do Mercosul, bem como com outros parceiros comerciais, influenciam diretamente a eficácia do sistema. O fortalecimento das relações econômicas entre os países do Mercosul pode proporcionar um ambiente mais favorável para a utilização do SML, com aumentos no volume de comércio intra-regional. Assim, é essencial que os países trabalhem não apenas na implementação do SML, mas também em iniciativas que promovam a integração econômica e a confiança mútua entre empresários, civis e governo.

Em suma, enquanto o SML oferece um conjunto promissor de benefícios, incluindo a redução de custos e a promoção da autonomia econômica, ele também apresenta desafios significativos que devem ser enfrentados de forma colaborativa pelos países participantes. A gestão eficaz desses desafios será fundamental para garantir que o SML cumpra seu potencial

de fortalecer as economias locais e facilitar as trocas comerciais dentro do Mercosul. O sucesso do SML dependerá, em última análise, da disposição dos países de cooperar, inovar e se adaptar às realidades econômicas em constante mudança.

As assimetrias dentro do próprio Mercosul precisam ser assinaladas ao analisarmos o SML. Logo, o Brasil, maior economia do bloco, possui grande influência na operação do sistema, o que já criou pontos de tensão com membros menores, como o Paraguai e o Uruguai. A integração do Paraguai no Mercosul foi marcada pela dependência do país nos mercados argentino e brasileiro, o que limita o país a conseguir desenhar suas próprias políticas econômicas regionais. Tal assimetria é contraditória à distribuição equitativa dos benefícios do SML, assim como do potencial de economias menores futuramente aderirem ao sistema e o utilizarem como embasamento para seu desenvolvimento econômico. (Heduvan, 2024).

O contexto histórico da cooperação monetária na América Latina também é capaz de desenhar um parâmetro para os desafios enfrentados pelo SML. Prebisch (1949) delimitou as iniquidades estruturais no sistema econômico internacional, trazendo desvantagens para nações em desenvolvimento. A partir disso, é possível inferir que o SML é parte de um grande esforço para superar tais iniquidades e promover uma maior autonomia financeira regional. Contudo, o sucesso dessas iniciativas, tanto a nível latino americano, quanto a nível mercosulino, ainda estão diretamente relacionados com a capacidade dos países de alinharem suas instabilidades econômicas — estabilizando-as — assim como de alinhar seus objetivos de desenvolvimento e crescimento regionais. Além disso, o papel de instituições financeiras internacionais quando condicionam a ordem monetária e financeira global é uma grande influência para o SML. O FMI, assim como o Banco Mundial, são produtos do Sistema de Bretton Woods que estão vivos até hoje, reforçando a hegemonia do dólar.

No entanto, é importante ressaltar que o SML não é a grande solução para todos os problemas econômicos enfrentados pelos países do Mercosul. Cruz (2020) observa que a adoção do sistema pode ser limitada por fatores como a resistência política, a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de uma coordenação mais estreita entre os bancos centrais. Esses desafios exigem um comprometimento contínuo dos governos e das instituições financeiras em promover a educação financeira e aumentar a conscientização sobre os benefícios do SML entre os agentes econômicos.

Além disso, a pesquisa do autor também sugere que a eficácia do SML pode ser influenciada por fatores externos, como a dinâmica do mercado global e as políticas monetárias de grandes economias, principalmente dos Estados Unidos e da China. A

interdependência econômica e as interações entre as moedas locais e as moedas de reserva internacional podem criar um cenário complexo que deve ser cuidadosamente monitorado pelos países participantes do Mercosul. O SML, portanto, deve ser visto como parte de uma estratégia mais ampla de integração econômica e política na região, que leve em consideração as realidades do sistema financeiro internacional.

A gestão desses desafios está intimamente ligada ao conceito de desdolarização, tema central do próximo capítulo, que explora a possibilidade de reduzir a dependência do dólar e fortalecer a autonomia monetária dos países membros do Mercosul. Nesse contexto, é relevante analisar como o SML, ao promover o uso de moedas locais nas transações, pode não apenas facilitar as trocas comerciais, mas também contribuir para a construção de uma maior soberania econômica e política para os países do bloco.

CAPÍTULO 3: DESDOLARIZAÇÃO EM CONSTRUÇÃO, O SML COMO EXPERIMENTO DE AUTONOMIA DECISÓRIA NO MERCOSUL

Como apresentado anteriormente, o SML do Mercosul é um mecanismo que promove o uso de moedas locais nas transações comerciais entre os países-membros, eliminando a necessidade de conversão para uma moeda intermediária, como o dólar. Seu principal objetivo é reduzir os custos cambiais e fortalecer a autonomia monetária regional, simplificando os processos de pagamento e diminuindo a dependência de divisas estrangeiras. Nesse sentido, autores como Maria da Conceição Tavares, Susan Strange e Robert Gilpin oferecem análises relevantes sobre os desafios e oportunidades que surgem com a implementação de sistemas financeiros alternativos, como o SML, no contexto da hegemonia monetária do dólar estadunidense.

O SML opera por meio de acordos bilaterais entre os países-membros, onde instituições financeiras locais realizam conversões diretas entre moedas nacionais, eliminando a necessidade de recorrer a uma moeda estrangeira como intermediária. Embora isso reduza os custos e simplifique o processo de pagamento, ainda existem desafios para além dos financeiros para adoção do SML, como a necessidade de maior coordenação política e macroeconômica entre os países participantes.

Os estudos de Susan Strange, dentro da Economia Política Internacional, revelam que existem fatores políticos e econômicos, tanto domésticos quanto internacionais, que moldam o sistema financeiro global. Nesse contexto, Strange afirma que os países ricos, cada vez mais, orbitam uns aos outros como defensores das moedas e do sistema financeiro global, e não apenas de seus próprios territórios e identidades nacionais. (Strange, 1971).

Nesse sentido, a gerência de uma moeda pode causar frustração na gerência de outras, gerando conflitos entre Estados. No entanto, a necessidade de aproveitar os benefícios do sistema econômico interdependente pode levar os Estados a colaborar, buscando criar organizações monetárias e financeiras mais complexas e sofisticadas. (Strange, 1971). É possível inferir que os países frustrados com o gerenciamento monetário, geralmente do Sul Global, têm menor poder de barganha no SMFI, enquanto os países do Norte Global, que colaboram em busca de desenvolvimentos mais sofisticados, são os principais responsáveis pela hegemonia e hierarquia no Sistema Internacional.

Nesse sentido, grande parte do que se observa na EPI é a utilização de termos adaptados ou reduzidos de outras áreas do conhecimento, o que não é um problema para Strange, é apenas necessário ficarmos atentos a estas terminologias para não colocarmos a EPI no espaço de uma teoria. Sendo assim, ambos autores — Gilpin e Strange — trazem pontos convergentes quando abordam a conexão entre política e economia, porém divergem quando Gilpin (1981) as observa como matérias distintas porém conectadas, e Strange (1988) as entende como algo único, a economia política. Com estas explicações em mente, é importante nos atentarmos que o presente capítulo pretende analisar o SML dentro do contexto da EPI, assim como do SMFI.

Logo, ao estudar a libra esterlina, Strange desenvolve uma proposta de quatro situações possíveis relacionadas às moedas internacionais, sendo elas *Top*, *Master*, *Negotiated* e *Neutral*. Ela afirma que uma moeda é passível de desempenhar até três destes papéis concomitantemente, porém atualmente apenas o dólar consegue desempenhar os quatro papéis. Antes de desenvolver sobre as quatro situações, é importante observar que o modo *Master* se diferencia dos outros por ser principalmente político, sendo que os outros são intrinsecamente econômicos. A condição da moeda *Top* reflete a posição do Estado emissor como líder econômico global. Essa moeda exerce liderança monetária e financeira no sistema internacional, mas não é necessariamente a escolha preferida dos mercados em tempos de crise. Ela define a liquidez mundial e está sujeita às políticas do Estado emissor, embora sua posição de liderança não dependa exclusivamente dessas políticas. Para isso, Strange identifica a libra esterlina como *Top currency* até a Primeira Guerra Mundial — 1914 — e o dólar estadunidense a substitui nesse posto a partir desse mesmo momento.

Em se tratando da *Master currency*, ela é percebida pela dominação política de um Estado sobre outros, tanto em áreas que são oficialmente reconhecidas como dependentes, quanto aquelas que são unidades independentes mas dependem daquele Estado e são subordinadas a ele. Logo, o Estado dependente utiliza a moeda *Master* dentro de seu território, ou pelo menos dependerá desta para fazer trocas e para definir taxas de juros. A libra esterlina no Reino Unido possuía esse papel até meados de 1960, o dólar estadunidense também o ocupa em países como Argentina atualmente, Coreia do Sul e Tailândia. Na época da União Soviética, as moedas eram diferentes, porém eram determinadas pela política de Moscou, o que tornava o rublo russo também uma moeda *Master*. É importante notar as outras duas opções, sendo a *Negotiated currency* aquela que já foi uma *top* ou *master* mas está em declínio, sendo assim, o emissor passa a oferecer vantagens para os usuários da moeda, e a

Neutral currency aquela que é utilizada de forma voluntária, não contando com forma alguma de coerção política ou econômica. (Strange, 1971).

Baseando-se nestas reflexões, é possível observar alguns padrões de comportamento político-econômico internacional. O Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos — Fed — determina por meio de suas ações grande parte dos ciclos financeiros mundiais, visto que é o banco central dos Estados Unidos que emite a moeda reserva mundial, o dólar estadunidense. Logo, diversos países estão subordinados aos planos monetários e financeiros deste país. Em se tratando das moedas, em função dos títulos nelas denominados possuem liquidez reduzida, as moedas dos Estados do Sul global tendem a possuir uma menor demanda, logo, uma menor influência, em comparação com moedas do Norte global. Nesse sentido, o Sul global demonstra maiores taxas de juros e de câmbio, em comparação com aqueles países ricos. (Cruz, 2020).

Para a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH), difundida por Charles P. Kindleberger (1973), o papel do hegemon não consiste apenas no exercício do poder, mas também na capacidade de estabilizar o sistema internacional. Ser o ente estabilizador é o peso que o Estado hegemônico deve carregar como parte de suas responsabilidades. Mesmo autores críticos da TEH, como Susan Strange, reconhecem que a hegemonia está profundamente enraizada na estrutura do sistema internacional vigente. Nesse sentido, os Estados Unidos, como hegemon atual, cumprem o papel de principal garantidor da estabilidade global. Maria da Conceição Tavares (1985) também enfatiza que a hegemonia estadunidense permanece sólida, indicando que sua função estabilizadora ainda está longe do declínio.

Logo, o dólar estadunidense, principalmente os Estados Unidos, ao controlarem a liquidez do dólar — pois possuem o poder de imprimir e definir quais são as quantidades de dólar que circulam no mercado — possuem um controle do SMFI como um todo, mesmo que não absoluto. Além disso, como afirma Gilpin (2001), as multinacionais estão intimamente relacionadas com a expansão do capitalismo, e este, por sua vez, está intimamente relacionado com a expansão dos Estados Unidos, mesmo que em detrimento de outros atores. A hegemonia da moeda estadunidense é apenas uma das formas das quais é possível entender a hegemonia dos Estados Unidos como Estado e como potência global, nesse sentido, a EPI entende que as moedas e os mercados são influentes na política, assim como o inverso também ocorre.

Logo, para a TEH, o papel de hegemon não consiste apenas em poder, mas sim em estabilização, ser o ente estabilizador é o peso que tal Estado deve carregar com as suas

responsabilidades hegemônicas. Outros autores, principalmente Strange, são altamente críticos à TEH e ao conceito de uma hegemonia que possa ser mutável, Strange entende que a hegemonia é fruto da estrutura do Sistema Internacional atual. Logo, os Estados Unidos são o único hegemom, pois quando não mais o for, muito provavelmente a estrutura conhecida em meados da virada do milênio já não será a mesma, o que possivelmente fará com que as discussões sobre hegemonia não possam ser utilizadas da mesma forma. Maria da Conceição Tavares (1985) já afirmava que a hegemonia dos Estados Unidos está longe de acabar e, se muito, estamos apenas observando o início do crescimento desta potência.

Nesse sentido, é possível traçar um paralelo entre Gramsci e Kindleberger (1973), pois o segundo afirma que não seria possível delimitar o internacional e o nacional, principalmente em se tratando da Economia Política Internacional e, especialmente, dos Estados Unidos, visto que é este quem controla grande parte da economia e da política internacional, bem como os organismos e muitos outros atores do SI. O nível de hegemonia deste país é tão alto, englobando o Sistema Internacional como um todo — o que inclui o SMFI — que a perpetuação de sua classe burguesa é a perpetuação do próprio país como hegemom, da sua língua, sua moeda, seus costumes e suas práticas comerciais. É inegável que o capitalismo necessita de um hegemom que funcione como ente estabilizador e controlador, é necessário um monopólio não apenas no mundo empresarial isolado para que o capitalismo prospere, mas um monopólio de poder e influência de um Estado, um Estado burguês.

Os Estados Unidos, então, controlam também as taxas de outras moedas no mercado, exatamente por serem capazes não só de analisar o contexto do Sistema Monetário e Financeiro atual, ademais também conseguem controlar a quantidade da moeda de paridade internacional nas mãos de outros Estados, e o fazem quando lhes é conveniente ou proveitoso.

Esta hegemonia estadunidense no SMFI é um grande desafio para a iniciativa do SML, visto que a dominância da moeda, que um dia foi baseada no sistema de Bretton Woods, criou uma hierarquia monetária na qual economias periféricas — o caso do sul global — possuem um baixo poder de barganha nessas discussões. Martins (2020) discorre sobre como o fato de o dólar ser uma reserva de valor mundial garante aos Estados Unidos uma influência sem competidores nos mercados financeiros globais, permitindo que o país consiga criar políticas monetárias globais utilizando as ferramentas internacionais ao seu dispor. Nesse ínterim, Strange (1971) aponta para as estruturas econômicas que mantêm a dominância do dólar, e como elas estão profundamente enraizadas, fazendo com que qualquer alternativa que acabe por mudar esta posição da moeda se torne um grande desafio.

Enquanto a análise das dinâmicas globais de poder e a resistência à hegemonia do dólar são essenciais para entender o contexto do SML, a eficácia deste sistema como uma ferramenta de desdolarização será abordada na subseção seguinte, na qual exploraremos os desafios e as possíveis implicações para o Mercosul.

3.1 SML e as dinâmicas de poder do dólar estadunidense

Como já discorrido ao longo deste trabalho, as relações econômicas internacionais são profundamente moldadas por estruturas de poder, com o dólar estadunidense funcionando como o principal pilar da ordem econômica global desde a Segunda Guerra Mundial. A ascensão do dólar como moeda de reserva internacional consolidou o poder dos Estados Unidos dentro do sistema financeiro global, tornando outras nações dependentes das políticas monetárias estadunidenses. Percebe-se, então, que o SML do Mercosul, ao permitir o comércio em moedas locais, pode ser visto como uma tentativa de reduzir essa dependência e promover maior autonomia regional.

Além disso, em *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order* (2001), Gilpin explora como a globalização econômica, embora crie interdependências, reforça o poder das potências hegemônicas, como os Estados Unidos. Para Gilpin (2001), a capacidade de moldar as regras do comércio internacional e dos fluxos de capital é uma ferramenta crucial de poder, e o uso do dólar no comércio global fortalece essa posição dos EUA. Ao criar alternativas para o comércio sem a intermediação do dólar, o Mercosul está desafiando, ainda que de forma limitada, essa estrutura de poder hegemônica.

A implementação do SML representa uma tentativa dos países da América do Sul, especificamente os membros do Mercosul, de reduzir sua dependência em relação ao dólar nas transações comerciais intra-regionais. Assim, o SML pode ser entendido como uma estratégia de desdolarização a qual se encaixa nos moldes que Tavares (1985) já apontava como fundamentais para qualquer país ou bloco que deseje obter maior autonomia econômica e financeira diante da hegemonia do dólar estadunidense. A entrevistada aponta que o SML é um passo estratégico para desafiar a hegemonia do dólar, mas sua eficácia depende da estabilidade macroeconômica dos países membros (Orsi, 2025, informação verbal). Este ponto está em sintonia com a análise de Gilpin (2001), que destaca que qualquer tentativa de desafiar a hegemonia do dólar depende da estabilidade interna e da capacidade dos países periféricos de resistir à volatilidade dos mercados globais.

O SML surge como uma estratégia para mitigar as vulnerabilidades de economias dependentes de moedas estrangeiras, especialmente em contextos de instabilidade cambial, ao promover o uso de moedas locais. Ao promover o uso de moedas locais, o SML busca criar um espaço de resiliência econômica e financeira, alinhado com a visão crítica de Tavares (1985) sobre a necessidade de resistir à hegemonia monetária norte-americana. Essa resistência não ocorre sem desafios, como aponta Tavares (1985), uma vez que a força do dólar está enraizada em décadas de dominação e controle institucionalizado do sistema financeiro global. Ainda assim, o desenvolvimento de alternativas — SML — sugere que há espaço para iniciativas regionais que busquem novas formas de integração econômica menos dependentes do dólar, o que fortalece as economias locais e pode, eventualmente, organizar parte do sistema econômico internacional, ainda que de forma gradual e limitada. A partir da análise de Tavares (1985), pode-se inferir que o SML do Mercosul é um passo importante, embora não definitivo, na busca por autonomia econômica e por um equilíbrio maior no sistema de poder global, contrapondo-se, em alguma medida, à histórica hegemonia norte-americana.

A análise de Gilpin (2001) é complementada por Fiori (2004), que também discute como a globalização reforça a posição hegemônica dos EUA, mas ao mesmo tempo abre espaço para a contestação, principalmente através de novas potências como a China. Nesse contexto, a ascensão do renminbi como moeda internacional desafia, ainda que de maneira gradual, a centralidade do dólar no comércio mundial. Em *História, Estratégia e Desenvolvimento: Para uma Geopolítica do Capitalismo* (2014), Fiori (2004) enfatiza que a ascensão de novas potências econômicas, como a China, e a reorganização das dinâmicas de poder global representam uma reestruturação no capitalismo global.

A desdolarização, promovida tanto pelo renminbi, quanto pelo SML no contexto do Mercosul, pode ser vista como parte desse movimento de contestação da hegemonia monetária americana. Para o pesquisador, a capacidade de redefinir as estruturas econômicas globais está diretamente relacionada ao sucesso dessas iniciativas de integração regional e de promoção de moedas alternativas ao dólar nas transações internacionais. O SML, então, pode ser interpretado como um reflexo de tendências globais de reconfiguração de poder, nas quais blocos regionais buscam maior independência monetária para fortalecer sua posição no sistema internacional.

Adicionalmente, Gilpin (2001) aponta que a hegemonia econômica não é estática. Com o crescimento de novas potências como a China, e as tentativas de integração regional, como no caso do Mercosul, surgem desafios à hegemonia estabelecida. O SML embora seja

uma iniciativa regional de pequena escala, pode ser visto como parte desse movimento mais amplo de contestação da hegemonia do dólar. Para Gilpin (2001), as mudanças na ordem econômica internacional são frequentemente impulsionadas por mudanças nas relações de poder, e o SML pode ser interpretado como um sintoma dessas mudanças, à medida que os países do Mercosul buscam maior controle sobre suas economias e transações financeiras.

A partir dessa perspectiva, o SML do Mercosul pode ser visto como uma estratégia regional que visa romper com a lógica de dependência financeira e monetária imposta pela hegemonia do dólar. Para Fiori (2004), a tentativa de países periféricos de resistir à imposição do poder econômico das grandes potências está diretamente relacionada à sua capacidade de criar alternativas ao sistema dominante vigente. Logo, o SML se encaixa nessa visão, visto que propõe o uso de moedas locais nas transações intra-regionais, como forma de promover uma maior autonomia frente às flutuações do dólar e a vulnerabilidade financeira global.

No livro *States and Markets* (1988), Strange argumenta que o poder no sistema internacional não é apenas coercitivo, mas também estrutural. Ou seja, ele está enraizado em sistemas econômicos e financeiros que permitem que alguns Estados exerçam controle sobre os fluxos financeiros e de capital. O poder do dólar, portanto, não se limita ao seu uso como moeda de reserva internacional, mas é reforçado pela estrutura global de mercados e instituições financeiras que dependem dele. Nesse sentido, o SML do Mercosul pode ser visto como uma tentativa de romper com essa estrutura ao permitir que países do Mercosul utilizem suas próprias moedas nas transações regionais, evitando a compra do dólar. Strange auxilia no entendimento de que a introdução do SML não é apenas uma inovação técnica, mas uma tentativa de alterar o equilíbrio de poder no sistema financeiro global.

Outro ponto importante é a análise de Strange sobre a vulnerabilidade dos Estados em relação ao sistema financeiro internacional. Em *Mad Money: When Markets Outgrow Governments* (1998), ela examina como a volatilidade dos mercados financeiros e a dependência de moedas estrangeiras podem deixar os países periféricos vulneráveis a crises financeiras. A desdolarização, incentivada pelo SML, representa uma estratégia para diminuir a exposição às flutuações do dólar e fortalecer a estabilidade financeira regional. Strange argumenta que, para esses países, controlar seus próprios fluxos monetários e reduzir a dependência de uma moeda forte, como o dólar, é essencial para garantir estabilidade financeira e maior autonomia política. O SML, ao facilitar o comércio sem a necessidade do dólar, visa exatamente essa redução da vulnerabilidade externa e uma maior resiliência às flutuações da moeda estadunidense.

Strange também enfatiza que o poder estrutural dos Estados Unidos está diretamente relacionado à sua capacidade de controlar as finanças globais, e o dólar é um instrumento crucial nesse processo. Portanto, qualquer iniciativa de desdolarização como o SML, pode ser interpretada como uma tentativa de contestar essa estrutura de poder. Mesmo que o SML seja limitado ao comércio intrarregional no Mercosul, ele reflete um movimento mais amplo que Strange descreve como parte da busca por uma maior autonomia das economias periféricas em relação à hegemonia das grandes potências financeiras.

A autora também argumenta que as moedas não são apenas instrumentos econômicos, mas também elementos de poder político. A adoção do SML no Mercosul representa, em certa medida, um esforço para desafiar o poder do dólar, uma vez que a hegemonia dessa moeda confere aos Estados Unidos uma influência desproporcional nas dinâmicas comerciais globais. Ao evitar o uso do dólar nas transações intra-regionais, o Mercosul tenta estabelecer um sistema de trocas que não dependa diretamente da moeda hegemônica, o que, segundo Strange, pode alterar as relações de poder no comércio e na economia regional.

Nesse sentido, segundo a entrevistada, “a desdolarização via SML não é apenas econômica, mas política, pois reforça a identidade coletiva do Mercosul frente a potências externas” (Orsi, 2025, informação verbal). Como observado pela entrevistada, a eficácia do SML depende da estabilidade macroeconômica dos países membros. Isso ecoa as observações de Tavares (1985) sobre as condições necessárias para a resistência à hegemonia monetária global. Para Tavares (1985), a criação de alternativas, como o SML, precisa ser acompanhada de políticas internas que garantam a estabilidade e a resiliência das economias locais frente às flutuações globais

Robert Gilpin (2001) oferece uma visão de mundo útil para analisar o SML do Mercosul, principalmente por seu foco nas dinâmicas de poder no sistema econômico internacional e nas mudanças nas hegemônias globais. Gilpin (2001) argumenta que o sistema internacional é essencialmente moldado pelos interesses das grandes potências, em especial os Estados Unidos, os quais exercem uma hegemonia que muitos outros países tentam contestar, tal hegemonia é exercida por meio de seu controle sobre os sistemas financeiro, militar e tecnológico globais. Utilizando-se da sua visão, induz-se que o SML pode ser interpretado como uma dessas tentativas regionais de criar autonomia frente a essa hegemonia, especialmente na esfera monetária.

É importante destacar que o SML deve ser analisado à luz do cenário global em constante mudança. A crescente importância da China, mencionada anteriormente, e a ascensão do renminbi, trazem novos desafios para o sistema financeiro global e para a

hegemonia do dólar. Embora o SML ainda seja uma iniciativa limitada regionalmente, ele se insere em um contexto mais amplo de iniciativas que buscam maior autonomia financeira e política para os Estados, algo que Strange, Gilpin e Tavares discutem extensivamente em suas análises sobre o poder e a interdependência no sistema internacional.

Relembramos: o SML busca facilitar as trocas comerciais dentro do bloco, permitindo que as transações sejam realizadas diretamente nas moedas dos países-membros, sem a necessidade de recorrer ao dólar como moeda intermediária. É importante notar que “seu objetivo principal não é economizar reservas internacionais, mas reduzir custos de transação, facilitando o acesso de pequenos e médios produtores aos mercados estrangeiros.” (Cruz, 2018. p.224). Ao analisar este sistema, criado inicialmente para reduzir os custos de transações e aumentar a autonomia financeira, é possível observar que reflete os movimentos regionais em direção à independência econômica.

Autores como Maria da Conceição Tavares, Susan Strange e Robert Gilpin, apesar de não escreverem sobre o SML, destacam a importância deste movimento de forma geral. Para Tavares (1985), a hegemonia do dólar na economia global é uma expressão de poder político e financeiro, e a busca por alternativas regionais — como o SML — pode ser vista como uma tentativa de combater essa dependência. A partir dos estudos deles sobre moedas e relações internacionais, é possível desenhar paralelos, reflexões e conexões com o SML.

Em consonância com a análise de Tavares (1985), Susan Strange também chama a atenção para o poder estrutural das moedas, as quais desempenham um papel central no sistema econômico internacional. Strange argumenta que o controle de uma moeda forte, como o dólar, garante aos EUA uma vantagem sobre outros países, permitindo-lhe influenciar tanto os fluxos financeiros quanto o comportamento dos mercados globais. O SML, portanto, pode ser visto como uma resposta a esse desequilíbrio, na medida em que o Mercosul busca um sistema de trocas que não esteja tão sujeito às flutuações e políticas econômicas dos EUA, proporcionando maior autonomia e estabilidade econômica para os países-membros.

Robert Gilpin (2001) argumenta que a economia global é profundamente influenciada pelas forças políticas e pelas interações entre Estados e mercados. Embora o autor não analise especificamente mecanismos regionais como o SML, seu arcabouço teórico permite interpretá-lo como uma tentativa dos países do Mercosul de moldar as regras do jogo econômico a seu favor — neste caso, por meio de um sistema de pagamentos que busca maior autonomia frente ao sistema financeiro global dominado pelo dólar.

Gilpin (2001) de fato enfatiza que potências hegemônicas, como os EUA, têm interesse em manter o controle sobre o sistema financeiro (p. XX-XX). Nesta pesquisa,

argumenta-se, no entanto, que o SML representa um contraponto a essa dinâmica, ainda que incipiente. Seu potencial para reduzir a dependência regional do dólar — ainda que de forma gradual e limitada — sugere uma fissura nas estruturas de poder descritas por Gilpin, as quais ele mesmo reconhece como não estáticas (Gilpin, 2001).

Por outro lado, a disposição dos países do Mercosul em adotar o SML reflete não apenas questões econômicas, mas também uma resposta política à hegemonia do dólar. Maria da Conceição Tavares (1985) destaca que a hegemonia do dólar é sustentada por um sistema de poder que privilegia a moeda estadunidense nas transações internacionais. A adoção do SML reflete uma estratégia para contrabalançar a hegemonia do dólar, ao mesmo tempo em que fortalece a integração econômica regional, favorecendo o comércio intra-regional. No entanto, para que essa estratégia política se traduza em um sistema de pagamentos eficaz, é necessário considerar os desafios estruturais e operacionais do SML, o que nos leva a analisar, a seguir, as relações entre o SML e as moedas locais dos mercosulinos.

3.2 SML e as moedas locais

O SML apresenta vantagens, como a redução da dependência do dólar e a criação de um ambiente financeiro mais integrado no Mercosul. Contudo, também enfrenta desafios estruturais, como a resistência de um sistema internacional ainda amplamente dominado pelo dólar. Logo, para que o SML seja bem-sucedido, é fundamental que os países do Mercosul continuem a fortalecer suas políticas regionais e consolidem a confiança no sistema como um meio de desenvolver maior autonomia econômica frente à hegemonia do dólar.

Assim, ao incorporar as análises de Strange, o SML pode ser entendido como parte de um esforço regional para mudar a estrutura de poder no sistema financeiro internacional, oferecendo uma alternativa para os países do Mercosul se libertarem, ao menos parcialmente, da hegemonia do dólar e mitigar sua vulnerabilidade às flutuações do mercado global dominado pelos Estados Unidos.

Para Maria da Conceição Tavares (1985), a dependência do dólar reflete uma correlação de forças no sistema monetário internacional que privilegia os Estados Unidos. A ideia de Tavares (1985) sobre a necessidade de autonomia econômica e financeira para os países periféricos do sistema internacional encontra eco no propósito do SML, uma vez que o sistema busca reduzir os impactos negativos das flutuações do dólar nas economias do Mercosul. Ao permitir que as transações ocorram diretamente em reais, pesos ou guaranis, o

SML reforça uma das premissas defendidas por Tavares (1985): a busca por mecanismos que possam promover maior controle sobre os fluxos financeiros regionais.

Cruz (2020) oferece uma perspectiva crítica sobre como a hierarquia das moedas internacionais, dominada pelo dólar, influencia as dinâmicas do comércio e das finanças na região. Segundo o autor, a hierarquia monetária global molda as práticas comerciais locais e as estratégias de integração regional, refletindo não apenas questões econômicas, mas também políticas e sociais.

A proposta do SML visa mitigar os efeitos dessa hierarquia, permitindo que transações sejam realizadas em moedas locais, como o real e o peso argentino. Essa mudança de paradigma, longe de ser apenas técnica, implica uma reconfiguração das relações comerciais e financeiras da região, historicamente dependentes da predominância do dólar, e oferece uma oportunidade de redefinir o papel das economias locais no sistema financeiro global. Cruz (2020) argumenta que a adoção de um sistema de pagamentos em moeda local representa uma tentativa de redimensionar as interações econômicas, promovendo uma maior autonomia financeira e um controle local sobre as transações comerciais.

O autor também destaca que a implementação do SML entre Brasil e Argentina possui implicações diretas nas relações de poder entre os dois países. A desigualdade econômica e as diferenças nas políticas monetárias geram tensões que podem afetar a eficácia do sistema. Por exemplo, enquanto o Brasil possui uma economia maior e mais diversificada, a Argentina enfrenta desafios fiscais e monetários que podem limitar sua capacidade de manter uma moeda estável. Essas disparidades podem influenciar a confiança no SML e a disposição dos agentes econômicos em utilizá-lo como alternativa ao sistema tradicional baseado no dólar.

Além disso, a pesquisa de Cruz sugere que a confiança nas moedas locais é um fator crítico para o sucesso do SML. Para que as empresas e cidadãos adotem efetivamente o sistema, é essencial que haja uma percepção de estabilidade e confiabilidade nas moedas utilizadas. Nesse contexto, a gestão das expectativas inflacionárias e a implementação de políticas fiscais e monetárias adequadas são fundamentais. A confiança no sistema financeiro local depende de transparência e responsabilidade fiscal, elementos essenciais para o sucesso do SML.

Como apontado na entrevista, “a volatilidade do peso argentino ainda desestimula alguns agentes, evidenciando a necessidade de políticas coordenadas para fortalecer a confiança no sistema” (Orsi, 2025, informação verbal). Essa observação ilustra a complexidade do processo de desdolarização, que não depende apenas da criação de

alternativas técnicas como o SML, mas também da construção de um ambiente de confiança entre os países membros, sem o qual a adoção do sistema continuará limitada

Outra questão relevante abordada pelo autor é o impacto do SML nas relações comerciais e de investimento entre Brasil e Argentina. O uso das moedas locais pode facilitar as transações entre empresas, reduzindo a exposição ao risco cambial e diminuindo os custos associados às operações de câmbio. A desdolarização dos fluxos comerciais pode incentivar o comércio intra-regional e fortalecer as cadeias produtivas locais. Além disso, a promoção de um ambiente de negócios mais estável pode atrair investimentos, tanto domésticos quanto estrangeiros, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável na região. Ao operar em moeda local, as empresas não estão sujeitas às flutuações do dólar, o que pode facilitar o planejamento financeiro e aumentar a competitividade no mercado regional (Cruz, 2020, p. 15). Entretanto, para que esse benefício se concretize, é essencial que haja uma estrutura robusta de governança e regulação que sustente o funcionamento do sistema.

A discussão proposta pelo autor ressalta a necessidade de um entendimento mais profundo das implicações do SML para a governança econômica regional. Para que o sistema funcione de maneira eficaz, é imperativo que haja um compromisso com a colaboração e a coordenação entre os países do Mercosul, bem como com outras economias da América Latina. Isso implica na construção de um arcabouço institucional que suporte o funcionamento do SML e garanta que os interesses de todos os participantes sejam respeitados. Portanto, apenas assim será possível criar um ambiente econômico mais integrado e resiliente, capaz de enfrentar os desafios do futuro.

A pesquisa de Cruz (2020) também ressalta que a implementação do SML é uma oportunidade para repensar as relações de poder na América do Sul. O sistema pode promover uma maior autonomia econômica e reduzir a influência das grandes economias no comércio regional. . A implementação eficaz do SML exige cooperação política e econômica entre os países-membros, garantindo a estabilidade e a confiança necessárias.

Logo, o autor conclui que o SML representa uma estratégia promissora para a desdolarização do comércio entre Brasil e Argentina, mas sua eficácia dependerá da capacidade dos países em superar as limitações impostas pela hierarquia monetária global. Isso inclui a construção de um arcabouço institucional que suporte o SML e promova um ambiente de negócios que incentive o uso de moedas locais (Cruz, 2020). O trabalho de Cruz, portanto, não apenas fornece uma análise crítica das dinâmicas monetárias na região, mas também aponta para a necessidade de uma abordagem integrativa que considere os desafios e oportunidades no contexto do comércio periférico. Além disso, a entrevistada destaca que

“empresas exportadoras já relatam maior previsibilidade nos fluxos financeiros, mas a adesão limitada do Paraguai e Uruguai mostra assimetrias persistentes” (Orsi, 2025, informação verbal).

A resistência ao uso do dólar nas transações comerciais entre os países do Mercosul deve ser contextualizada em um cenário político e econômico que envolve tanto a busca por maior autonomia monetária quanto a resposta às flutuações do sistema financeiro internacional. A desdolarização das transações comerciais busca diminuir a dependência de um sistema monetário dominado pelos Estados Unidos, promovendo maior autonomia regional. Cruz (2017) argumenta que a transição para pagamentos em moeda local representa um movimento em direção à autonomia econômica dos países da região, permitindo que eles exerçam maior controle sobre suas políticas monetárias e financeiras, sem ficarem reféns das políticas monetárias norte-americanas e das suas consequências.

Portanto, o contexto político de cada país do Mercosul na criação do SML foi crucial, refletindo tanto a busca por autonomia econômica quanto a necessidade de responder aos desafios impostos pela hegemonia do dólar. Esse movimento, embora promissor, exige uma abordagem integrada entre os países-membros, que deve ser sustentada por uma sólida estrutura institucional, como discutido ao longo desta seção. No Brasil, o governo de Lula buscou aumentar a integração regional e promover um novo protagonismo da América do Sul, enquanto a Argentina, sob a presidência de Néstor Kirchner, também se afastou das políticas neoliberais anteriores. Esta confluência de interesses políticos e econômicos levou à criação de mecanismos que pudessem facilitar o comércio bilateral sem a necessidade do dólar, criando um ambiente favorável para a implementação do SML (Gremaud & Nunes, 2017).

A integração de um sistema que facilite o uso de moedas locais também pode ser vista como uma tentativa de se posicionar em relação a essa nova dinâmica, onde os países do Mercosul procuram explorar novos acordos e alianças que não dependam exclusivamente da moeda norte-americana. E, ao evitar a conversão para dólares, os países participantes podem reduzir os custos envolvidos em transações internacionais e simplificar o processo de pagamentos. Essa eficiência não só beneficia as empresas, mas também pode ter um impacto positivo no comércio regional, impulsionando o crescimento econômico e a integração entre os países do Mercosul.

No entanto, é importante reconhecer as limitações e os desafios que o SML enfrenta. A hesitação dos agentes econômicos em adotar um novo sistema de pagamentos pode ser uma barreira significativa. Além disso, conforme destacado por Martins (2020), a hegemonia do dólar ainda é um fator de estabilidade nas transações internacionais, e o caminho para a

desdolarização é complexo, exigindo não apenas inovação técnica, mas também confiança política e estabilidade econômica entre os países participantes.

Nesse ínterim, a discussão sobre a não utilização do dólar nas transações comerciais está diretamente ligada à questão da soberania econômica dos países do Mercosul. Ao buscar alternativas ao dólar, os países da região não apenas procuram reduzir sua vulnerabilidade às flutuações do mercado financeiro internacional, mas também afirmam sua posição no cenário geopolítico global, como economias que têm a capacidade de moldar suas próprias políticas monetárias e financeiras em um ambiente cada vez mais multipolar. Esse movimento, embora desafiador, representa uma tentativa de reconfigurar a dinâmica do comércio internacional e de afirmar a autonomia econômica da região frente à hegemonia do dólar (Tavares, 1985; Cruz, 2018).

CONCLUSÕES

Esta dissertação demonstrou que o SML, embora inovador ao promover transações diretas em moedas locais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024), enfrenta limites estruturais: a dolarização do comércio de commodities (CRUZ, 2020) e a falta de um fundo regional de estabilização. Como alertado por Strange (1971), moedas menos relevantes só alcançam relevância internacional com estabilidade macroeconômica — condição ausente no Mercosul, dada a inflação argentina e a volatilidade política brasileira (MARIANO & MENEZES, 2021).

A fragilidade do SML reflete um paradoxo: enquanto Cox (1983) defende que projetos contra-hegemônicos exigem coesão ideológica, o Mercosul carece principalmente de coordenação técnica básica — como um sistema único de liquidez. A adoção do dólar na Argentina, mesmo com o SML, prova que a 'hegemonia consentida' de Gramsci opera até em iniciativas que a desafiam. Tal fato sugere que, sem reformas institucionais profundas, como um banco de desenvolvimento regional, o SML permanecerá marginal.

Nesse contexto, o dólar dos Estados Unidos, em seu papel de reserva internacional, é a base da estrutura hegemônica em questão, permitindo aos EUA formar e mudar regras e normas financeiras, impor sanções e influenciar políticas macroeconômicas em todo o globo. Nesse sentido, o SML, ao facilitar as trocas intra-mercossul em moedas locais diretamente, está desafiando essa hegemonia, buscando algum espaço no Sistema Internacional para autonomia regional. O SML é disruptivo ao poder do dólar, mesmo que de forma localizada na região do bloco e entre seus membros. Isso se afirma, pois desenvolveu-se um sistema no qual não é necessário comprar o dólar para fazer trocas, diminuindo a exposição dos Estados-partes às políticas monetárias estadunidenses e aos riscos geopolíticos relacionados a tal dependência, como o risco de sofrer sanções.

Todavia, esta capacidade de desafiar a hegemonia possui limitações estruturais, pois como o SMFI está profundamente dolarizado, todos os outros aspectos macroeconômicos desses países estão profundamente relacionados com o dólar. Além disso, as próprias assimetrias do Mercosul fazem com que economias menores não tenham as condições tecnológicas e institucionais de participar desta iniciativa. Questões políticas internas, como a ação do dólar como reserva de valor dentro da Argentina, também são capazes de reproduzir a hierarquia monetária do SMFI mais ativamente dentro do Mercosul. Ainda tendo por base

os pensamentos de Cox, ele afirma que projetos contra-hegemônicos necessitam de coesão ideológica e ações coletivas, algo que o Mercosul historicamente possui dificuldade em alcançar. A solidariedade entre os países ainda é baixa, e as diferenças ideológicas entre eles também são fatores que desafiam o sucesso do SML.

Adicionalmente, o SML não possui um mecanismo de salvaguarda para lidar com crises de liquidez, como funciona o FMI em escala global e dolarizada, por exemplo, o que limita a capacidade do sistema de lidar com crises econômicas. Para que o SML ultrapassasse os limites do Fed que controlam a liquidez global, seria necessário uma integração com outras iniciativas regionais, como o BRICS e o seu Novo Banco de Desenvolvimento.

A lente criada por Strange (1971) para a observação das moedas internacionais pode ser apropriada neste estudo, a fim de discutir sobre o impacto potencial das moedas locais mercosulinas. A partir disso, é possível inferir que o SML é uma forma de elevar as capacidades das moedas locais, principalmente em se tratando do real, do peso argentino e do peso uruguaio. Logo, argumenta-se que tais moedas são capazes de chegar ao papel de *Negotiated currency*.

Pensa-se que, ao facilitar transações nas moedas locais sem o intermédio do dólar, o SML é capaz de criar um espaço no qual tais moedas ganhem maior aceitação e utilidade nas trocas regionais, expandindo além do escopo doméstico. Nesse sentido, o real e os pesos possuiriam a capacidade de não serem usados apenas para trocas, mas também como referências na estabilidade regional. Tal capacidade representaria um movimento contrário à hegemonia do dólar dentro do bloco. Contudo, é necessário possuir uma postura crítica com relação a esta possibilidade, visto que, ao estar utilizando Susan Strange como base para estes argumentos, também é importante notar que a autora apontava para a necessidade de estabilidade política e econômica do país da referida moeda. Logo, infere-se que, para o SML efetivamente promover as moedas regionais, é necessário lidar com as instabilidades macroeconômicas regionais, com a alta inflação argentina e a volatilidade política e econômica brasileira — o que faz com que não sejam moedas de alta confiabilidade.

Ainda em se tratando da possibilidade destas moedas se tornarem *Negotiated*, é importante notar que este é um papel ainda limitado pelas dinâmicas mais abrangentes do SMFI, e não apenas de relações intra-bloco. Pois mesmo que isso ocorra, o dólar estadunidense ainda não irá deixar de ser uma *Top currency*. Nesse sentido, é necessário apontar que as *commodities* trocadas entre os membros do Mercosul e exportadas por eles são precificadas em dólar, sendo assim, limitando também o escopo do SML. Ainda assim, o SML representa um importante passo em direção a criação de um sistema monetário regional

capaz de desafiar a hegemonia do dólar na região, promovendo maior autonomia decisória às economias do Mercosul.

O SML busca diminuir a dependência monetária das economias mercosulinas, o que é um aspecto chave do seu status periférico. Países do sul global necessitam do acúmulo do dólar em reservas para estabilizar suas próprias moedas locais e conseguir cumprir com seus débitos externos, o que coloca as necessidades domésticas muitas vezes em segundo plano. Um sistema que não necessita de tais reservas para funcionar permite que os países realoquem suas capacidades em investimentos domésticos, como programas sociais ou de infraestrutura. Tal iniciativa é de grande valor para o sul global, ao criar autonomia e maior independência nestes países. Ao trazer a visão de uma especialista no tema, é possível observar uma camada prática, pois ela destaca que, apesar do potencial de desdolarização do SML, a sua implementação depende da estabilidade econômica regional, um ponto que é frequentemente ignorado nas discussões teóricas. (Orsi, 2025, informação verbal).

Para realmente desenvolver seu potencial contra-hegemônico, o SML deve se integrar em um sistema de estratégias regionais mais abrangentes. Sendo assim, poderia vincular-se ao NDB do BRICS, assim utilizaria linhas de crédito em moedas locais. Além disso, a criação de um índice de estabilidade regional para medir a confiança nas moedas do Mercosul, similar ao 'dólar blue' argentino, poderia trazer benefícios para o sistema. Logo, seria interessante a colaboração das indústrias do Mercosul, reduzindo a alta dependência na exportação de *commodities*, com uma política industrial coordenada.

Além disso, seria importante que o Mercosul possuísse um banco de desenvolvimento regional, ou um fundo de estabilização, para que consigam garantir liquidez durante crises, reduzindo a dependência de instituições baseadas em dólar, como o FMI. Ademais, de forma mais simplificada, poderia incluir cláusulas anticíclicas a fim de garantir liquidez também em períodos de crises. Por fim, o SML não é a desdolarização em si, mas um laboratório dela. mais do que acordos bilaterais, mas uma ruptura com a lógica colonial que ancora o Sul Global ao dólar.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Banco Central da República Argentina. **Sistema de Pagamentos em Moeda Local**. Disponível em: <https://www.bcra.gov.ar>. Acesso em: 27 jan 2025.

ANDRÉ, Marli E. D. A.; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo : EPU. 1986.

Banco Central do Brasil. **Bancos centrais do Brasil e da Argentina assinaram hoje convênio que estabelece as regras gerais de operação do Sistema de Pagamentos em moeda Local (SML)**. 2008. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/14496/nota> Acesso em: 20 out. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Como é calculada a taxa SML?** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/faqs/p/como-e-calculada-a-taxa-sml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Convênio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre República Oriental do Uruguai e República Federativa do Brasil**. 2015. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/sml/Normas_e_documentos_com_o_Uruguai/Convenio-SML-BCB-BCU.pdf Acesso em: 20 out. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução da utilização do SML por valor de transações**. Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Pagamento em moeda local**. 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sml> Acesso em: 20 out. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)**. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sml>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BANCO CENTRAL DO URUGUAI. **Uruguay y Paraguay acuerdan sistema de pagos en moneda local**. 2021. Disponível em: <https://www.bcu.gub.uy/Comunicaciones/Paginas/Uruguay%20y%20Paraguay%20acuerdan%20sistema%20de%20pagos%20en%20moneda%20local.aspx?c=Indicadores+Económicos> Acesso em: 20 out. 2024.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Convenio del Sistema de Pagos en Moneda Local entre el Banco Central del Paraguay y el Banco Central de la República Argentina**. Disponível em: https://www.bcra.gob.ar/MediosPago/Sistema_de_Pagos_en_Moneda_Local-SML.asp Acesso em: 20 out. 2024.

BOLFARINE CAIXETA, Marina; DIAS PITHAN, Bruna; SILVA FERREIRA, José Paulo; MARIANO, Marcelo. O Brics, o Sul Global e a transformação da ordem mundial: o Novo

Banco de Desenvolvimento | BRICS, the Global South, and the world order transformation: the New Development Bank. **Mural Internacional**, [S. l.], v. 15, p. e83564, 2024. DOI: 10.12957/rmi.2024.83564. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/83564>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Sistema de Pagamentos em Moeda Local**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do MERCOSUL em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático**. Brasília, 1 dez. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-d-e-ushuaia-sobre-compromisso-democratico. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRETTON WOODS AGREEMENTS. **Final Act of the United Nations Monetary and Financial Conference**. Bretton Woods, NH, Estados Unidos: 1944. Disponível em: <https://loveman.sdsu.edu/docs/1944BrettonWoodsAgreement.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2025.

COX, Robert W. **Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method**. In: Millennium - Journal of International Studies, 1983. vol. 12 n° 2.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Mercosur: South America's Fractious Trade Bloc**. Available at: <https://www.cfr.org/background/mercosur-south-americas-fractious-trade-bloc>. Accessed on: 25 Jan. 2025.

CRUZ, Felipe Nogueira da Cruz. **Lidando com a hierarquia de moedas: notas sobre o sistema de pagamentos em moeda local Brasil-Argentina**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 60, n. 1, p. 76-99, 2017. Disponível em: <https://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%206/94.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CRUZ, Felipe Nogueira da Cruz. **Hierarquia monetária e comércio periférico: reflexões sobre o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre a Argentina e o Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1157899>. Acesso em: 23 jul. 2024.

DEPARTMENT OF STATE (EUA). **Proceedings and documents of the United Nations Monetary and Financial Conference**. Bretton Woods, NH, 1944.

DEPARTMENT OF THE TREASURY. Treasury disrupts Russia's sanctions evasion schemes. U.S. Department of the Treasury, 2025. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy2785>. Acesso em: 25 jan. 2025.

EQUADOR. **Tratado Constitutivo del Sistema Unitario de Compensación Regional de Pagos (SUCRE)**. Registro Oficial N° 517, 13 de julio de 2010. Disponível em: <https://www.gob.ec/regulaciones/tratado-constitutivo-sistema-unitario-compensacion-regional-pagos-sucres>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *Department of State. Memorandum of Conversation, Washington, July 31, 1974. In: United States Department of State. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXXI, Foreign Economic Policy, 1973–1976. Washington: United States Government Printing Office, 2009. Disponível em:* <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v31/d128>. Acesso em: 05 jan. 2025.

FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GILPIN, Robert; FRIEDEN, Jeffry. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge University Press, 1981.

GREMAUD, Amaury Patrick; NUNES, Jose Humberto Ataulo. **Integração financeira regional: uma avaliação do sistema de pagamentos em moeda local entre o Brasil e a Argentina (2009 a 2016)**. Revista de Economia Política, v. 37, n. 4, p. 647-664, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317571235_Integracao_financeira_regional_uma_avaliacao_do_sistema_de_pagamentos_em_moeda_local_entre_o_Brasil_e_a_Argentina_2009_a_2016. Acesso em: 20 out. 2024.

HEDUVAN, Julieta Helena. **Paraguay, Política Exterior e Integración Regional: Un análisis del período 2003-2012**. Disponível em: <https://ridaa.unicen.edu.ar:8443/server/api/core/bitstreams/799fca99-7fea-4816-ab9c-f552fd748481/content> Acesso em: 20 out. 2024.

KALLIO, *et al.* Systematic methodological review: developing a framework for a qualitative semi-structured interview guide. **Journal of Advanced Nursing**. 2016.

KINDLEBERGER, Charles P. **The World in Depression, 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo : Editora Atlas S.A, 2003.

MARIANO, K. L. P.; MENEZES, R. G.. **Três Décadas de Mercosul: Institucionalidade, Capacidade Estatal e Baixa Intensidade da Integração**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 112, p. 147–179, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Bpkz3gLvhVxrxjsfTg4t4Tq/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MARTINS, Aline R. A. **A hegemonia do Dólar no Sistema Monetário e os desafios do Renminbi em se tornar uma moeda internacional**. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19281> Acesso em: 25, Maio. 2023

MARTINS, Aline R.A **A inclusão do renminbi na cesta de moedas dos Direitos Especiais de Saque**: novo impulso à internacionalização da moeda chinesa? *In*: LIMA, Marcos Costa (org.). Sobre a China. Versão preliminar do capítulo. Recife: Editora UFPE, 2018. ISBN 9788541510622.

MASI, Fernando. **Paraguay**: una democracia fragil. *In*: Garcia, L. A., Pochman, M., Ramírez, R., Sader, E., (coords) Historia Contemporánea de América Latina. Editorial KAL/Interpares. México, 2023. Disponível em:
<https://www.cadep.org.py/2024/05/paraguay-una-democracia-fragil/> Acesso em: 20 out. 2024.

MERCOSUL. **Ata da XXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum**. Montevidéo, 15 de julho de 2003. Disponível em:
<https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/1593>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MERCOSUL. **Ata da XXVII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum**. Montevidéo, 9 de fevereiro de 1996. Disponível em:
<https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/781>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MERCOSUL. **Ata da XXVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum**. Buenos Aires, 6 de dezembro de 2005. Disponível em:
<https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/4140>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MERCOSUL. **Ata da XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum**. Assunção, 15 de dezembro de 2010. Disponível em:
<https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/5194>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MERCOSUL. **Ata da XLVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum**. Brasília, 17 de dezembro de 2020. Disponível em:
<https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/8084>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MERCOSUL. **Ata da XLIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum**. Montevidéo, 15 de julho de 2021. Disponível em:
<https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/8377>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MERCOSUL. **Ata da L Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum**. Brasília, 22 de outubro de 2021. Disponível em:
<https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/8752>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MERCOSUL. **Seminário internacional** “Moedas Locais no Comércio Regional”. 18 out. 2023. Disponível em:
<https://www.mercosur.int/pt-br/seminario-internacional-moedas-locais-no-comercio-regional/>. Acesso em: 18 maio 2025.

METRI, Mauricio Médici. Das armas à moeda. **XVI Encontro Nacional de Economia Política (SEP)**, PUC-SP, São Paulo, jun. 2009. Disponível em:
http://www.sep.org.br/artigo/1586_bb65f9673127a8f10d27a2b105a0fdf3.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

METRI, M.. **Geopolítica e diplomacia monetária**: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3, p.

719–736, set. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/rRQ4s8q6WVXCYDGwdTxL8yx/?lang=pt#top> Acesso em: 05 jan. 2025.

METRI, Mauricio. **O poder financeiro dos Estados Unidos no Padrão Monetário Dólar-Flexível.** In: IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia, 2004.

Disponível em:

https://www.academia.edu/32366629/O_Poder_Financeiro_dos_Estados_Unidos_no_Padrão_Monetário_Dólar_Flexível Acesso em: 04 jan. 2025.

Ministério das Relações Exteriores. **Guia Como exportar a Paraguay.** 2016. Câmara de Comércio Brasil-Paraguai. Disponível em: https://www.ccpb.org.py/plataforma_pais.php Acesso em: 17 nov. 2024.

NIKOLADZE, Maia; BHUSARI, Mrugank. Russia and China have been teaming up to reduce reliance on the dollar. *Atlantic Council*, 11 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/russia-and-china-have-been-teaming-up-to-reduce-reliance-on-the-dollar-heres-how-its-going>. Acesso em: 25 jan. 2025.

NILSON, D. H. **A Política Externa da Esquerda:** os Governos Vázquez e Mujica. In : THOMAZ, L. F.; MATHIAS, S. K.; OLIVEIRA, M. F. D. (org.). **Diálogos sul-americanos:** 10 anos da política exterior. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.269-290. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-594-0.p269-290> Acesso em: 20 out. 2024.

OLIVEIRA, Renata.P. **Política Externa do governo Chávez:** seus principais fundamentos e objetivos. In: OLIVEIRA, RP., NOGUEIRA, SG., and MELO, FR., orgs. *América Andina: integração regional, segurança e outros olhares* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 59-80. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/7wnmw/pdf/oliveira-9788578791858-05.pdf> Acesso em: 20 out. 2024.

OLIVERA, Julio H. G. **Dinero pasivo internacional y hegemonía monetaria.** *Desarrollo Económico*, v. 23, n. 89, p. 3-9, abr./jun. 1983. Instituto de Desarrollo Económico y Social. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3466444>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PERUFFO, Luiza. **Integração monetária e financeira na América do Sul : a perspectiva brasileira em um sistema internacional multi-monetário.** Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70014> Acesso em: 26, maio 2023.

POLAK, J. J. **The Fund after Jamaica:** how an international monetary reform package was agreed upon, and how it affects the Fund's methods of operation. *Finance & Development*, v. 13, n. 2, p. 6–9, jun. 1976. Disponível em:

<https://www.elibrary.imf.org/view/journals/022/0013/002/article-A003-en.xml>. Acesso em: 18, maio 2025.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.** 14, maio. 1949. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/items/988a0376-ec47-4490-a953-9adfeb228e03> Acesso em: 20, março 2024.

RUSLIN, *et al.* Semi-structured Interview: A Methodological Reflection on the Development of a Qualitative Research Instrument in Educational Studies. **IOSR Journal of Research & Method in Education (IOSR-JRME)**. Volume 12, Issue 1 Ser. V (Jan. – Feb. 2022), 22-29.

SANDI, Glória. **Desdolarização e Balança de Poder no Sistema Internacional**: China e Rússia confrontam a hegemonia dos Estados Unidos. *In: Olhares Internacionalistas* pp.72-90). 2022. Disponível em: Acesso em: https://www.researchgate.net/publication/364818621_Desdolarizacao_e_Balanca_de_Poder_no_Sistema_Internacional_China_e_Russia_confrontam_a_hegemonia_dos_Estados_Unidos 08 set. 2024.

SANTOS, Ester Pereira de Almeida. **A internacionalização do Renminbi**: como o crescimento do poder monetário chinês afeta a Economia Política Internacional. *Revista de Ciências Humanas, Dossiê Relações Brasil-China*, Viçosa, v. 1, n. 22, jan. - jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/13745>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SAUTO, R; et al. Manual de Metodología: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires : **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales** -CLACSO, 2005.

SENADO FEDERAL. **Guia de Economia**: Transferências unilaterais. Manual de Comunicação, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/transferencias-unilaterais>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SONNENFELD, Jeffrey A. et al. The IMF is returning to Russia. No one should be surprised. *Yale Insights*, 16 set. 2024. Disponível em: <https://insights.som.yale.edu/insights/the-imf-is-returning-to-russia-no-one-should-be-surprised>. Acesso em: 25 jan. 2025.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. Continuum, 1994.

STRANGE, Susan. *The Politics of International Currencies*. **World Politics**, v. 23, n. 2, p. 215-231, jan. 1971. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2009676>. Acesso em: 5 jan. 2025.

Subgrupo de Trabalho SGT N°4 – Assuntos Financeiros. **Trabalhando pela consolidação no Mercosul de um mercado financeiro sólido, eficiente e integrado**. Montevideo, 2024. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/temas/subgrupo-de-trabalho-n-4-sgt-n-4/> Acesso em: 15, abr. 2024

TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana**. *In: O Estado e o Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; POSE, Mirko. **A internacionalização da moeda chinesa**: disputa hegemônica ou estratégia defensiva? *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 3, p. 431-446, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335649188>. Acesso em: 20 out. 2024.

TRANSFERÊNCIAS unilaterais correntes. In: Glossário, Manual de Comunicação da SECOM. Brasília: Senado Legislativo, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/transferencias-unilaterais#:~:text=Parcela%20das%20transa%C3%A7%C3%B5es%20correntes%20que,por%20imigrantes%2C%20para%20seus%20familiares>. Acesso em: 01 ago 2024.

TRATADO de Assunção. 26 maio. 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

UVAL, Natalia. **Tabaré enumera progressos do Uruguai e faz mea culpa sobre distribuição de renda**. Opera Mundi. 2009. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/tabare-enumera-progressos-do-uruguai-e-faz-mea-culpa-sobre-distribuicao-de-renda/> Acesso em: 20 out. 2024.

VIGEVANI, T.; JÚNIOR, H. R.. **Autonomia, integração regional e política externa brasileira**: Mercosul e Unasul. Dados, v. 57, n. 2, p. 517–552, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/m7xPyknVXpYCT5jjwk5wysv/?format=html&lang=pt#Mod-alHowcite> Acesso em: 20 out. 2024

WENHONG, Xu. Dedollarization as a direction of Russia's financial policy in current conditions. *Studies on Russian Economic Development*, v. 34, n. 1, p. 9–18, abr. 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10072797>. Acesso em: 25 jan. 2025.

WYLDE, C. **¿Continuidad o cambio?** Política económica argentina posterior a la crisis y el gobierno de Néstor Kirchner, 2003 - 2007. Íconos - Revista De Ciencias Sociales, (43), 109–133. 2011. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/352> Acesso em: 20 out. 2024.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM BIANCA ORSI

A entrevista foi conduzida no dia 03/03/2025, em uma terça-feira, às 11 horas da manhã em horário de Brasília (-3GMT). A entrevista ocorreu em formato remoto, por meio da plataforma *google meet*, em função das diferentes localidades geográficas da entrevistadora e da entrevistada. O intuito desta entrevista foi obter clareza sobre alguns aspectos observados pela pesquisadora (entrevistadora) e ajudar a conduzir o pensamento da entrevistadora para a pergunta de pesquisa “o Sistema de pagamentos em Moeda Local possui a capacidade de diminuir o uso do dólar nas transações econômicas entre os países do Mercosul?”

- Como o SML consegue ser uma possível resposta para as assimetrias estruturais do Sistema Monetário Financeiro Internacional?
- Em que medida o SML pode ser entendido como uma possível tentativa de desdolarização dentro do Mercosul?
- Até onde conseguimos chegar com o SML dentro dessa perspectiva de desdolarização, desperiferização talvez?
- Você acredita que o SML possa ter um potencial de integração com outras iniciativas, como o NDB do BRICS, por exemplo?
- Mas você acha que seria possível criar, a partir do SML, uma articulação Sul-Sul mais ampla?
- O SML possui um tempo máximo de ação? Ou seja, podemos falar que eventualmente ele iria caducar?
- Muitos países apresentaram dificuldades tecnológicas na implementação do SML, o que você acha importante redesenhamos no SML para que o acesso seja mais facilitado a todos?